



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado Profissional em Economia

JOÃO ALVES BEZERRA

**Gastos Públicos com diárias e passagens nas Instituições de Ensino Superior:
uma análise para a Universidade de Brasília**

Brasília – DF

2015

JOÃO ALVES BEZERRA

**Gastos Públicos com diárias e passagens nas Instituições de Ensino Superior:
uma análise para a Universidade de Brasília**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia como requisito à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. GEOVANA LORENA BERTUSSI

Brasília – DF

2015

Nas pequenas coisas, o mundo floresce.

À minha esposa Milvania, pelos momentos de cumplicidade e amor diário, tornando minha vida muito mais prazerosa.

Aos meus filhos queridos, Rafael que a cada telefonema é um salto na pressão e ao João Otávio, filho dedicado e comprometido com seu futuro.

Aos meus pais Manoel e Maria, por terem feito de mim um homem, com exemplos de trabalho e de honestidade.

Aos meus familiares por todos os momentos de alegrias.

À professora Geovana Bertussi que me ajudou com ensinamentos e orientações precisas, pela compreensão das dificuldades da vida, destaco a dedicação e o profissionalismo.

À professora Gabriela Delgado pela preciosa colaboração.

Aos meus colegas de trabalho, pela amizade e apoio constante.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1	A importância dos gastos públicos	4
2.2	Finanças públicas – conceitos básicos.....	6
2.3	Importância dos recursos investidos em educação	9
2.4	O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.....	12
3	METODOLOGIA	17
3.1	Definição da pesquisa.....	17
3.2	Caracterização e <i>locus</i> de estudo.....	18
3.2.1	Instituições Federais de Ensino Superior - IFES	18
3.2.2	Universidade de Brasília - UnB	19
3.3	População e amostra	21
3.4	Procedimentos de análise dos dados da pesquisa	22
4	RESULTADOS DA PESQUISA.....	23
5	CONCLUSÃO	53
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
	ANEXO	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UnB.....	23
Tabela 2 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFG.....	24
Tabela 3 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFMS.....	25
Tabela 4 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFMT.....	25
Tabela 5 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFBA.....	26
Tabela 6 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFPB.....	27
Tabela 7 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFPE.....	27
Tabela 8 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFC.....	28
Tabela 9 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFAM.....	29
Tabela 10 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFPA.....	30
Tabela 11 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFT.....	31
Tabela 12 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFAC.....	31
Tabela 13 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFMG.....	32
Tabela 14 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFSCAR.....	33
Tabela 15 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFRJ.....	33
Tabela 16 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UNIFESP.....	34
Tabela 17 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFSC.....	35
Tabela 18 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFSM.....	36
Tabela 19 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFPR.....	36
Tabela 20 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFRGS.....	37
Tabela 21 – Gastos em reais (R\$) com diárias.....	38
Tabela 22 – Gastos em reais (R\$) com passagens.....	39
Tabela 23 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens.....	40
Tabela 24 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - Região Centro Oeste.....	42
Tabela 25 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - Região Nordeste.....	43
Tabela 26 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - Região Norte.....	43
Tabela 27 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - Região Sudeste.....	44
Tabela 28 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens – Região Sul.....	44
Tabela 29 – Quantitativo de docentes e técnicos por regiões em 2009 e 2013	45
Tabela 30 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens nacionais e internacionais - UnB.....	46
Tabela 31 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens – Faculdades da UnB	48

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Estrutura do Sistema Educativo Brasileiro.....	19
---	----

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como os gastos públicos realizados através do pagamento de diárias e de passagens têm contribuído com a melhora das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Apresentou uma revisão da literatura sobre as principais questões a respeito dos gastos públicos, como se dão e como deveriam ser realizados os investimentos em educação no Brasil. Com destaque para: A importância dos gastos públicos; Finanças públicas – conceitos básicos; Importância dos recursos investidos em educação; O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP. Dados referentes a execução financeira com pagamento de diárias e concessão de passagens no período de 2009 a 2014 de vinte Instituições Federais de Ensino Superior, com recorte e análise mais detalhada da Universidade de Brasília.

PALAVRAS-CHAVE: gastos públicos; recursos investidos em educação; diárias e passagens; Instituições Federais de Ensino Superior – IFES; Universidade de Brasília - UnB.

ABSTRACT

This research had as objective to analyse how the public expenses accomplished trough the payment of daily expenses and tickets have contributed with the improvement of the Federal Institutes of Higher Education - IFES. It presented a literature review about the main questions in respect of public expenses, how it works and how should be realized the investments on education in Brazil. With eminence to: The importance of public expenses; Public funds - basic ideas; Importance of the invested resources in education; The Daily Expenses and Tickets' Concession Sistem - SCPD. Informations about the financial execution with the payment of dayly expenses and the concession of tickets in a lapse of time from 2009 till 2014 of twenty Federal Institutes of Higher Education, with emphasis at Brasilia's University.

Keywords: public expenses; invested resources in education; daily expenses and tickets; Federal Institutes of Higher Education - IFES; Brasilia's University - UnB.

1 INTRODUÇÃO

É de primordial importância que busquemos identificar como os gastos públicos realizados através do pagamento de diárias e de passagens têm contribuído com as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, com destaque para a Universidade de Brasília – UnB, a praticarem um dos seus papéis principais, qual seja: capacitar e promover crescimento e desenvolvimento dos seus docentes e técnicos administrativos para melhor desempenharem suas atividades. Na literatura encontram-se diversas definições para gastos públicos esta pesquisa apresenta a que se segue, por entender ser uma das mais simples e abrangente:

Os gastos públicos são os valores gastos pelo Estado para custear os serviços públicos prestados à sociedade. Apresentam-se sob a forma de despesas correntes e de capital.

Mota (2009) conceitua as despesas correntes em: despesas com pessoal, juros e encargos e outras despesas correntes. As outras despesas correntes correspondem às despesas executadas na manutenção dos serviços públicos existentes, tais como: educação, saúde, segurança e ainda na conservação de bens móveis e imóveis.

As despesas de capital são divididas, segundo Mota (2009), em amortização da dívida, investimentos e inversões financeiras. Logo em seguida ele vai detalhar cada uma delas da seguinte maneira: a amortização da dívida é um processo de extinção de uma dívida através de pagamentos periódicos; os investimentos representam as despesas destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à aquisição de instalações, de equipamentos e de materiais permanentes; as inversões financeiras, que de forma geral também podem ser consideradas investimentos, são as despesas com aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, a aquisição de títulos representativos de capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já construídas, quando a operação não importe aumento do capital, bem como as despesas com constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visam a objetos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Rocha e Gilberti (2005) sugerem que os gastos de capital aparecem como produtivos, ou seja, estimulam o crescimento econômico, enquanto que os gastos correntes são produtivos até um limite de 61% da despesa orçamentária. Os gastos com transporte e comunicação, educação e defesa também contribuem para o crescimento dos Estados.

Para Cândido Jr. (2001), um bom controle da produtividade dos gastos públicos precisa identificar os objetivos primários de cada programa de gasto, eliminando-se superposições, esforços e recursos para objetivos secundários. Embora os objetivos

secundários possam ser importantes, os recursos e esforços precisam ser direcionados para os objetivos primários, evitando-se dispersão e desperdício.

Um dado importante e que precisa ser destacado é que a observação dos gastos com consumo do Governo leva muitos economistas a indagarem sobre o paradoxo do Governo que deixa de investir em infraestrutura por não ter recursos disponíveis, mas aumenta seus gastos com custeio, conforme ensina Mazoni (2005). E essa é uma prática quase que recorrente verificada nos últimos mandatos governamentais.

Segundo Rocha e Giuberti (2005), os gastos com educação apresentam claramente efeitos não lineares. O nível do gasto aparece com sinal positivo e o termo ao quadrado com sinal negativo, sendo ambos estatisticamente significantes. Isso sugere que existe um limite máximo ótimo para a parcela da despesa pública que deve ser destinada ao gasto com educação.

Os resultados obtidos em estudos por Arraes e Teles (2001) demonstram que cada ano adicional na educação média da população elevaria o produto real em até 21% ao ano. Na mesma linha de raciocínio, Andrade (1997) indica que, para cada ano adicional de escolaridade média da população economicamente ativa, o Produto Interno Bruto – PIB se eleva aproximadamente 32% também com dados para o Brasil. De acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) divulgados em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o brasileiro com mais de 15 anos estudou em média durante 7,7 anos, esse tempo médio de estudo não é suficiente para completar o ensino fundamental, que duram nove anos.

Desta maneira fica clara a necessidade de que sejam carreados mais recursos para a área de educação, tendo em vista o tamanho do retorno, não apenas econômico, mas principalmente em termos de desenvolvimento pessoal, existem evidências que a relação entre acumulação de capital humano influencia e eleva o crescimento econômico.

Nesta pesquisa estudou-se os dados das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES concernentes ao gasto público, com o pagamentos de diárias e a aquisição de passagens no período entre 2009 e 2014, verificando o quanto ele vai de encontro com as políticas do Governo em manter uma educação superior de qualidade, na busca de um padrão ótimo na execução dos recursos públicos.

Também realizamos um estudo de caso aplicado à Universidade de Brasília como local onde se tem maior facilidade em levantar os dados necessários para a aplicação da pesquisa. Na busca por uma melhor utilização dos recursos que são a cada dia mais insuficientes.

Para dar um melhor uso e ter maior controle nos recursos destinados à aquisição de passagens e concessão de diárias o Governo Federal criou em 2004 o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, sistema também usado nas Instituições Federais de Ensino Superior, através do qual as IFES executam os recursos destinados à compra de passagens e ao pagamento das diárias.

O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP é um sistema eletrônico interligado nacionalmente ao Governo Federal onde são emitidas as passagens e diárias para que servidores públicos e colaboradores eventuais participem das diversas atividades desenvolvidas e apoiadas pelo Governo.

O Sistema foi implantado em 2004 e sua utilização passou a ser obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2009. A exigência foi determinada pelo Decreto N° 6.258 publicado em novembro de 2007, e foi normatizada através da Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de nº 505 de 29.12.2009, com intuito de atender à necessidade de racionalização dos gastos governamentais.

Além deste preâmbulo, a presente pesquisa foi estruturada da seguinte forma: na seção 2, é apresentado o referencial teórico que traz uma revisão da literatura sobre as principais questões a respeito dos gastos públicos, na seção 3 descrevem-se os métodos e os procedimentos que foram utilizados para identificar o impacto na eficiência das variáveis objeto da pesquisa. Na seção 4 são apresentados e analisados os dados do estudo e finalmente, na seção 5, apresentam-se as principais conclusões do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma revisão da literatura sobre as principais questões a respeito dos gastos públicos, como se dão e como deveriam ser realizados os investimentos em educação no Brasil apresentados por vários autores envolvidos com o estudo do tema e ainda apresentar como são realizados os gastos com diárias e passagens nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, com ênfase na Universidade de Brasília – UnB.

Essa etapa bibliográfica tem como principal função fundamentar as análises das percepções coletadas e assim viabilizar a construção das conclusões.

Para melhor organizar o conteúdo desse capítulo, o referencial teórico está disposto da seguinte forma:

- 2.1: A importância dos gastos públicos
- 2.2: Finanças públicas – conceitos básicos
- 2.3: Importância dos recursos investidos em educação
- 2.4: O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP

2.1 A importância dos gastos públicos

O precursor da análise da relação entre gasto público e crescimento econômico foi Wagner que em 1883 com um estudo onde buscava investigar a participação do papel do Estado na economia. Wagner procurou fazer algumas generalizações sobre o comportamento dos gastos públicos e suas conclusões se tornaram no que se conhece hoje de “Lei de Wagner” também conhecida como “Lei dos Dispendios Públicos Crescentes”, na qual ele afirma que o setor público tem uma tendência inerente ao aumento de dimensão e importância. Não apenas em termos absolutos, mas relativamente ao volume da economia.

Os modelos e métodos de gastos públicos vêm evoluindo significativamente para se adequar às mudanças atuais. Diversos trabalhos estudaram como se dá o impacto dos gastos públicos e também como é o desempenho econômico de longo prazo no Brasil.

Cândido Júnior (2001), investigou a relação entre gastos públicos e crescimento econômico no país entre 1947 e 1995 utilizando dados agregados. O modelo estimado dividiu

a economia em dois setores: o setor privado e as administrações públicas e a estimativa do diferencial de produtividade, encontrada, sugere que o setor público tem uma produtividade de apenas 60% daquela alcançada no setor privado, nessa investigação Cândido Junior (2001) conclui que a produção do gasto público no Brasil está acima do seu nível ótimo, mas, que existem indícios de baixa produtividade.

Para Freitas, Castro Neto e Lôu (2009) são as decisões de gasto, seja privado ou público, em consumo e investimento que determinam o nível de atividade econômica, as despesas correntes possuem uma relação negativa com o crescimento econômico, e os gastos de capitais possuem uma relação positiva com o crescimento econômico. Eles ainda dizem que, uma redução permanente do imposto pode ter efeito favorável via incrementos do consumo e conclui dizendo que, o estudo sugere contenção de gastos de custeio e ampliação do investimento público.

O objeto de estudo dessa pesquisa foram os gastos públicos, porque o Governo faz suas escolhas e como elas deveriam ser realizadas sobre a luz e orientações dos estudiosos sobre o assunto e ao mesmo tempo, uma melhor compreensão do funcionamento e da natureza do setor do ensino superior, como as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES realizam seus gastos com diárias e passagens, dado o seu papel de destaque na economia e do impacto sobre o futuro dos indivíduos atingidos por estas Instituições.

Segundo Bertussi (2010) o governo aumentou os recursos arrecadados, porém aumentou também os gastos correntes, que são menos eficientes do ponto de vista do estímulo à produtividade e ao crescimento da economia, a autora ainda afirma que é preciso assegurar que a participação governamental (tamanho do governo) seja ótima, o que equivale a dizer que cada real gasto pelo setor público na provisão de bens e serviços gere exatamente o mesmo valor em termos de produto marginal e conclui que o papel do Estado continua a ser de fundamental importância para a promoção do crescimento econômico e o desenvolvimento regional brasileiro.

Para Barro (1990, 1991) e Aschauer (1989) a composição dos gastos governamentais pode promover efeitos positivos sobre o nível de produtividade e conseqüentemente sobre a taxa de crescimento de longo prazo, já o trabalho de Devarajan, Swarrop e Zou (1996) indica que não seria a quantidade de gastos públicos o fator fundamental para explicar crescimento, mas sim a alocação desses gastos em alternativas mais produtivas.

Divino e Silva Junior (2014) dizem que é importante, portanto, verificar se há uma escolha ótima para a composição de gastos correntes e de capital. Nesse ponto, a quantidade alocada em cada despesa será aquela que maximizará o crescimento econômico.

Ribeiro (2008) relata que o país tem apresentado, nos últimos anos, um tamanho relativamente elevado para as despesas do governo (que inclui União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Para Arraes e Teles (2001) caso o Brasil deseje aproximar-se de países mais desenvolvidos deve, necessariamente, realocar seus gastos governamentais, notadamente visando à educação, à saúde e a infraestrutura, a fim de tornar o seu enorme setor governamental suficientemente produtivo.

Na busca pela utilização racional dos recursos públicos e sabendo que a educação é uma área onde este investimento tem retorno considerável, medidas precisam ser tomadas. Existem evidências de que países com maior transparência e hierarquia na execução orçamentária produzem melhores resultados em termos de gasto público isto segundo Rocha e Giuberti (2007) e mais, o desempenho está associado aos resultados obtidos nas diversas áreas de atuação do setor público. Ribeiro (2008) afirma que a eficiência por sua vez, é uma medida que relaciona o desempenho dos serviços públicos ao volume de recursos empregados pelo governo.

2.2 Finanças públicas – conceitos básicos

As principais razões para a intervenção do Governo na esfera produtiva da economia, através de utilização de recursos próprios, segundo Giambiagi e Além (2008) são: i) ausência de disposição do setor privado para investir; ii) presença de economias de escala em alguns setores; iii) presença de externalidades; iv) motivos políticos e; v) controle de áreas com recursos naturais escassos.

A expressão “finanças públicas” designa os métodos, princípios e processos financeiros por meio dos quais os governos federal, estadual, distrital e municipal desempenham suas funções: alocativas, distributivas e estabilizadoras.

Explicam Giambiagi e Além (2008) que nas funções alocativas os bens públicos não podem ser fornecidos de forma compatível com as necessidades da sociedade através do sistema de mercado, desta maneira o governo fica incumbido de dividir os recursos para utilização no setor público e privado, oferecendo bens públicos, semipúblicos ou meritórios.

A função distributiva se caracteriza mais fortemente pela distribuição, por parte do governo, de rendas e riquezas, buscando assegurar uma adequação àquilo que a sociedade considera justo, tal como a destinação de parte dos recursos provenientes de tributação ao serviço público de saúde, serviço - por essência - mais utilizado por indivíduos de menor renda e ainda conforme Giambiagi e Além (2008) cabem, portanto, alguns ajustes distributivos feitos pelo governo, no sentido de promover uma distribuição considerada justa pela sociedade.

Ainda sobre a função distributiva nos ensinam Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008) que ela implica em buscar meios para que a renda produzida no País seja apropriada pela sociedade de forma equilibrada, e não concentrada.

Para Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008) a função estabilizadora implica na busca da garantia de que os níveis de atividade não sofram alterações bruscas, bem como que os preços, as taxas de juros e as taxas cambiais não apresentem variações expressivas. Já para Giambiagi e Além (2008) essa função pode ser importante no sentido de proteger a economia de flutuações bruscas, caracterizadas por alto nível de desemprego e/ou alto nível de inflação. Sendo ela caracterizada na aplicação das diversas políticas econômicas, pelo governo, a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento desses objetivos.

Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008) relatam que a implementação das estratégias de intervenção pode se realizar mediante emprego de diferentes instrumentos e recursos, segundo os quais a política econômica pode ser classificada da forma a seguir:

- Política monetária que abrange o controle da oferta da moeda, da taxa de juros e do crédito em geral, tem por objetivo fundamental garantir a estabilidade do poder de compra da moeda.
- Política regulatória que se realiza especialmente mediante edição de atos, como leis, decretos, portarias e regulamentos, e imposição de medidas junto ao setor privado, com o objetivo de mitigar as imperfeições do mercado.
- Política fiscal que abrange a administração das receitas, do orçamento e da despesa pública, assim como dos ativos e passivos do governo.

Dessa forma, a organização político-administrativa do Estado determina quem são os entes públicos e suas responsabilidades e as finanças públicas indicam a maneira como estes entes deverão trabalhar para atingir seus fins, planejando, executando e prestando contas das receitas e dos gastos realizados pelo Estado.

A gestão dos recursos públicos está ancorada em três instrumentos de planejamento: (i) Plano Plurianual; (ii) Lei de Diretrizes Orçamentárias; (iii) Lei Orçamentária Anual. O Plano Plurianual (PPA) é uma lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e um instrumento de ação do governo de médio prazo. Deve estabelecer, de maneira regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas do governo para despesa de capital e para as relativas aos programas de duração continuada. Tem sua utilidade para um período de quatro anos, a fim de que o governo execute seus projetos para a consecução dos objetivos e metas fiscais. É importante destacar que o PPA é uma tendência das ações do governo. Sendo assim, a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverão estar em consonância com as propostas oferecidas pelo Plano Plurianual (GIACOMONI, 2012; SOF, 2014).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a função de estabelecer metas e prioridades da administração pública federal. Deve incluir despesas de capital e orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, contemplando os aspectos da legislação tributária. A LDO é utilizada como instrumento de planejamento operacional do governo, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à LDO funções de planejamento operacional voltadas ao equilíbrio entre receitas e despesas (GIACOMONI, 2012; SOF, 2014).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento de curto prazo, que operacionaliza os programas governamentais de médio prazo, os quais são responsáveis por atingir o planejamento imposto pelos planos nacionais, em que estão definidas as metas, os objetivos e as políticas básicas. Além disso, a Lei n. 4.320/64 determina que a organização da LOA deve seguir orientações de orçamento-programa, definindo programas, subprogramas, projetos de execução da ação do governo por categorias econômicas, por funções e por unidades orçamentárias (GIACOMONI, 2012; SOF, 2014).

As receitas públicas podem ser compreendidas como recursos financeiros arrecadados pelos entes públicos destinados ao financiamento de gastos orçamentários. Entende-se por receita pública o conjunto de ingressos financeiros com fontes e fatos geradores próprios e permanentes, oriundos da ação e de atributos à instituição. Os ingressos financeiros orçamentários são as receitas tributárias, operações de crédito, alienação de bens e outras. Os ingressos financeiros extraorçamentários são depósitos de terceiros, cauções, salários não reclamados e outros (SOF, 2014; MOTA, 2009).

As receitas podem ser classificadas por natureza da receita, por identificador de resultado e por fonte/destinação de recursos. As receitas quando classificadas por natureza de receita são corrente ou de capital. As receitas correntes são as tributárias, de contribuições,

patrimonial, agropecuária, industrial, serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. As receitas de capital são as operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferência de capital e outras receitas de capital (SOF, 2014; MOTA, 2009). Os estágios da receita orçamentária compreendem uma sequência de atividades desenvolvidas pelos órgãos públicos. Então, os estágios da receita orçamentária são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

A despesa pública consiste na realização de gastos, isto é, na aplicação de recursos financeiros de forma direta na aquisição de meios (bens e serviços) que possibilitem a manutenção, o funcionamento e a expansão dos serviços públicos ou de forma indireta, quando da realização de transferências a terceiros. Sob o enfoque legal, a despesa pública pode ser considerada como dispêndios financeiros orçamentários e extraorçamentário. Os salários, encargos sociais, serviços de terceiros e material de consumo são exemplos de dispêndio orçamentário. A devolução de caução em dinheiro é um exemplo de dispêndio extraorçamentário porque representa a devolução de ingresso extraorçamentário (SOF, 2014; MOTA, 2009).

A classificação econômica da despesa se desdobra em despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes são os gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. As despesas de capital são divididas em amortização da dívida, investimentos e inversões financeiras. Os estágios da despesa são fixação na fase de planejamento e empenho, liquidação e pagamento na fase de execução (SOF, 2014; MOTA, 2009).

No Brasil, as finanças públicas são disciplinadas, dentre outros, pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.320/64 e pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esses normativos definem as linhas de atuação dos governos federal, estadual, distrital e municipal, principalmente quanto ao planejamento das receitas e despesas públicas que constituem o orçamento público.

2.3 Importância dos recursos investidos em educação

As despesas correntes são divididas em despesas com pessoal, juros e encargos e outras despesas correntes. As outras despesas correntes correspondem às despesas executadas

na manutenção dos serviços públicos existentes, tais como: educação, saúde, segurança e ainda na conservação de bens móveis e imóveis.

Para Abrahão (2005) a estrutura de financiamento da educação é fortemente baseada em impostos, que são recursos gerais tomados à sociedade. Isso significa que parcela expressiva dos recursos principalmente de estados, Distrito Federal e municípios, é proveniente da arrecadação tributária, sobretudo em razão da vinculação de impostos. Aqui é bom salientar que os investimentos com educação também são realizados pela iniciativa privada e pelas famílias, o que não foi objeto desta pesquisa. Stiglitz e Walsh (2003) defende a ideia de que os governos devem concentrar mais esforços nas áreas em que as falhas de mercado sejam mais pronunciadas e onde existam evidências de que a intervenção do governo pode fazer uma significativa diferença. Neste sentido e com as leituras realizadas tem-se clara a necessidade de se investir em educação.

De acordo com Arraes e Teles (2001), os gastos que apresentam maior elasticidade-renda são os gastos com educação e cultura, seguidos pelos gastos com infraestrutura de transporte. Já Divino e Silva Junior (2014) dizem que o impacto da educação no crescimento mostrou coeficiente positivo e estatisticamente significativo ao nível de 5%. Para cada aumento de um ano de escolaridade na população, o crescimento econômico médio municipal aumenta em 1,54%.

Arraes e Teles (2001) ensinam que os resultados anteriores verificados na literatura econômica recente convergem em confirmar que os gastos em infraestrutura e educação são os mais “produtivos”, Doménech (2004) ratifica o que foi dito acima e apresenta um rol dos gastos produtivos onde estão defesa, educação, saúde, habitação, transportes e comunicações, e de gastos improdutivos, quais sejam: segurança social, serviços de recreação e subsídios. No mesmo sentido Rocha e Giuberti (2005) dizem que os gastos com defesa, educação, transporte e comunicação afetam positivamente e significativamente a taxa de crescimento, enquanto a influência dos gastos com saúde continua negativa, mas insignificante e mais que os gastos com educação (e eventualmente saúde) apareçam como promotores do crescimento.

Barro (1991) modela defesa e educação como produtivos. Isto porque gasto com educação pública representa, na verdade, investimento em capital humano. Da mesma forma, gastos com segurança ajudam a proteger os direitos de propriedade o que aumenta o investimento e o crescimento.

Para Ribeiro (2008) o desempenho está associado aos resultados obtidos nas diversas áreas de atuação do setor público (por exemplo: qualidade do ensino público, na área

de educação; taxa de mortalidade infantil, na área de saúde) e eficiência, por sua vez, é uma medida que relaciona o desempenho dos serviços públicos ao volume de recursos financeiros empregados pelo governo. Nesta mesma seara Arraes e Teles (2001) argumentam que: caso o Brasil deseje aproximar-se de países mais desenvolvidos deve, necessariamente, realocar os seus gastos governamentais, notadamente visando a educação, saúde e infraestrutura, a fim de tornar o seu enorme setor governamental suficientemente produtivo.

Já Sachsida, Loureiro e Mendonça (2004) dão uma abordagem diferente ao assunto destacando a relação entre escolaridade e o sucesso no mercado de trabalho, chamam a atenção para os diferenciais de salários entre pessoas com alto e baixo nível de escolaridade e destacam a importância de se investir em capital humano com vistas o custo benefício de cada ano a mais de escolaridade. Citam que alguns autores assinalam que existe um tipo de problema relacionado ao chamado “viés de habilidade”, esse viés decorre da omissão de uma variável relevante que possa traduzir a habilidade ou talento do indivíduo. Seu estudo obtém resultados evidentes que a taxa de retorno da escolaridade relativo às mulheres foi maior que a dos homens. Os autores concluem que uma consequência direta diz respeito ao fato de que no caso da participação do governo no setor de educação, isso deve ser feito principalmente para níveis mais elementares de ensino.

No texto comunicado IPEA de nº 124 destaca-se a intensificação recente de uma agenda sobre um novo Plano Nacional de Educação (PNE), onde se manifesta a necessidade de ampliação do acesso à educação e a melhoria da qualidade dos níveis e modalidades de ensino. Indicam que as responsabilidades atribuídas para a política pública em educação configuram-se como regime de colaboração entre as instâncias federadas – União, estados Distrito Federal e municípios. Destaca-se no texto que as políticas não se apresentam fragmentadas em ações emergenciais ou descontínuas, mas, ao contrário, operam de modo estável e sustentado no tempo, com regras e instituições estabelecidas, como conclusão chama-se os principais atores sociais que atuam nessa área para se pensar em uma nova estrutura de financiamento da educação, que possibilite viabilizar uma educação de quantidade e qualidade em todos os níveis e modalidades para a população.

Para Barbosa Filho e Pessôa (2008) o sistema educacional brasileiro é sempre avaliado e, muitas vezes, apontado como um dos fatores responsáveis pelo baixo grau de desenvolvimento do país, os autores trabalharam com a Taxa Interna de Retorno (TIR) da educação com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período entre 1980 e 2004 os resultados obtidos apontam que o investimento em educação continuam extremamente rentável no Brasil e a taxa de retorno em educação fornece um retorno superior à

taxa pela qual o governo brasileiro se financia, que se encontra na faixa de 10% reais ao ano. Tal fato é mais uma evidência de que o país pode obter grandes ganhos com a elevação nos investimentos em educação. Portanto, os autores concluem que o investimento em educação no Brasil é extremamente atrativo, pois fornece elevadas taxas de retorno e que uma política que vise a um maior desenvolvimento do país, deve focar recursos em um investimento maciço em educação.

Os autores chamam atenção ainda para que uma população mais instruída possui maior consciência e capacidade de discernimento sobre políticas, governos e governantes. Dessa forma, um maior nível educacional protege o país de aventureiros, incompetentes e irresponsáveis, reduzindo os custos sociais provocados por estes.

2.4 O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP

O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP é o sistema do Governo Federal onde são emitidas as passagens e concedidas as diárias para que servidores públicos e colaboradores eventuais participem das diversas atividades desenvolvidas pelo Governo.

Assim ele está caracterizado na página oficial do Governo Federal:

Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP

O SCDP viabiliza a administração das solicitações e pagamentos de diárias e passagens de servidores públicos a serviço. Desta maneira possibilita que as requisições sejam feitas por meio de terminais eletrônicos, diminuindo o tempo de emissão e melhorando as condições de atendimento e consulta dos usuários.

O sistema, operado no endereço www2.scdp.gov.br, possibilita, ainda, o compartilhamento de uma base de dados única, administrada pelo Gestor Central do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelos Gestores Setoriais de cada Ministério, o que permite um maior controle físico e financeiro das diárias e passagens emitidas no âmbito da Administração Pública Federal¹.

O SCDP se caracteriza pela automação no fluxo de processo de concessão de diárias e passagens para os servidores e colaboradores da Administração Pública Federal, Administração Direta, Autarquias e Fundações.

¹ Informações retiradas em: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/compras-eletronicas/sistema-de-concessao-de-diarias-e-passagens-2013-scdp>, acessado em 04.05.2014.

O Sistema foi implantado em 2004 e sua utilização passou a ser obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2009. A exigência foi determinada pelo Decreto N° 6.258 publicado em novembro de 2007, e foi normatizada através da Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de nº 505 de 29.12.2009 (anexo 1), com intuito de atender à necessidade de racionalização dos gastos governamentais.

As atividades que descrevem o objetivo do sistema são: aquisição de passagens e despesa com locomoção e pagamento de diárias à pessoa física, essas atividades estão classificadas como despesas correntes.

Apresenta-se a seguir um rol com as principais características e funcionalidades do SCDP:²

* Registro e complementação de solicitação de passagens e/ou diárias;

Grupos de proposto – Servidor: engloba os servidores públicos federais investidos em cargo efetivo ou em cargo comissionado. São os servidores estatutários, regidos pela Lei 8.112/1990. Possuem cadastro no SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos. Somente servidores do Poder Executivo Federal. No caso das Universidades tanto professores como técnicos tem direito a concessão dos benefícios, mesmo os que estão em estágio probatório.

Não-Servidor: Pessoas que não possuem vínculo direto com a Administração.

SEPE (Servidores de outro Poder ou Esfera): Neste grupo estão incluídos os empregados públicos, os servidores de outros poderes – Legislativo e Judiciário – e os servidores de outras esferas – Estadual, Distrital ou Municipal.

Militar: Este grupo inclui os militares das Forças Armadas – Marinha, Exército ou Aeronáutica, os Policiais e os bombeiros militares.

Quando uma pessoa possuir cadastro ativo no SIAPE – ocupante de algum cargo comissionado – poderá viajar no grupo de Servidor.

* Visualização do trâmite dos processos por parte dos interessados;

Acompanhamento via Sistema dos andamentos realizados tanto para a aquisição das passagens bem como para o pagamento das diárias.

* Registro das tarifas no sistema, pela Agência de Viagem;

Contratação de Agência de Viagem através de pregão eletrônico para aquisição das passagens.

² Informações retiradas em: http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_67/sistema_de_controle_de_diarias_e_passagens_do_estado_do_amazonas.pdf acessado em 04.05.2014.

- * Validação prévia pelo gestor central;

Todo Órgão tem uma pessoa responsável pelas autorizações e validações para a abertura dos processos.

- * Autorização do Ordenador de Despesa de forma eletrônica;

Ordenador de Despesas: é o responsável pela autorização da despesa relativa a diárias e passagens. Ele poderá alterar os dados relativos ao empenho e ao projeto/atividade que já haviam sido informados durante o cadastramento da PCDP. O ordenador de despesa não pode aprovar a própria despesa

Coordenador orçamentário superior é o responsável por controlar o orçamento disponibilizado para o órgão e distribuir o recurso por Unidade Gestora Responsável – UGR. Responde pela configuração orçamentária e inclusão do teto superior.

Nas IFES o Magnífico Reitor é a pessoa responsável pela aprovação de todas as viagens, inclusive as que apresentam algum tipo de restrição e as viagens internacionais. São exemplos de restrições: viagens urgentes; viagens para proposto com prestação de contas pendentes; viagens de mais de 10 pessoas para o mesmo evento; viagens com duração superior a 10 dias contínuos; viagens para propostos que já alcançaram o número de 40 diárias intercaladas no ano.

- * Registro do pagamento das diárias no Sistema de Administração Financeira, de forma automática, através da integração entre os sistemas;

Ficam registrados no Sistema os dados referentes ao pagamento das diárias, tais como, valor, data e local do depósito.

- * Prestação de contas realizada pelo interessado diretamente no sistema;

Os processos de prestação de contas de viagens são os correspondentes cartões de embarque, que devem ser apresentados no prazo máximo de cinco dias, contado do retorno da viagem, conforme disciplinado no art. 3º, da Portaria MPOG 98/2003, ou, quando for o caso, registre no sistema eletrônico o número da solicitação de viagem complementar na qual o cartão de embarque encontra-se inserido.

- * Controle das faturas recebidas em relação às requisições emitidas;

Para controle do Órgão responsável pelas solicitações.

- * Registro automático das diárias recebidas pelo servidor em sua ficha financeira;

Medida necessária para que o Servidor, no futuro, realize prestação de contas sobre diárias recebidas.

- * Controle de devolução de diárias indevidas;

O servidor deverá restituir ao erário em sua totalidade as diárias e passagens recebidas, no prazo de 05 (cinco) dias, quando o afastamento não ocorrer por qualquer circunstância, conforme legislação pertinente a seguir:

Decreto Lei 200/1967, Art. 84 - Quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública, as autoridades administrativas, sob pena de corresponsabilidade e sem embargo dos procedimentos disciplinares, deverão tomar imediata providência para assegurar o respectivo ressarcimento e instaurar a tomada de contas, fazendo-se as comunicações a respeito ao Tribunal de Contas.

Lei 8.443/1992, Art. 8º - TCU - Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, na forma prevista no inciso VII do art. 5º desta Lei, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

A legislação não se manifesta com relação à pessoa que está em processo de investigação com relação aos recursos sem a devida prestação de contas, porém o próprio sistema, somente autorizará uma nova viagem para o proposto com pendência, com ou sem diárias através da autorização da autoridade superior da instituição.

* Inclusão de diversos trechos de uma passagem em uma mesma solicitação;

Essa funcionalidade facilita sobre maneira as inclusões de pedidos no trabalho dos solicitantes.

* Solicitação Coletiva: uma única solicitação para o mesmo trecho contemplando vários servidores;

Conforme destacado na funcionalidade anterior esta também facilita sobre maneira as inclusões de pedidos no trabalho dos solicitantes.

* Troca de mensagens entre as partes interessadas nos processos de concessão de diárias e passagens.

O sistema propicia a interlocução entre as pessoas envolvidas no processo, tanto quem solicita, como a pessoa que será beneficiada com a emissão de passagens e o pagamento das diárias.

O SCDP trouxe os seguintes benefícios:³

- * Otimização no processo de concessão;
- * Padronização dos procedimentos;
- * Melhoria do controle das diárias e/ou das passagens adquiridas para servidores e não-servidores;
- * Redução do tempo de execução do processo de trabalho (validação, autorização, pagamento e prestação de contas);
- * Disponibilidade de Consultas e Relatório de Prestação de Contas para o interessado;
- * Geração de relatórios gerenciais diversos;
- * Confirmação eletrônica do bilhete diretamente para o interessado;
- * Transparência;

³ Informações retiradas em: http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_67/sistema_de_controle_de_diarias_e_passagens_do_estado_do_amazonas.pdf acessado em 04.05.2014.

3 METODOLOGIA

O escopo desta pesquisa foi sobre gastos públicos na execução dos recursos com o pagamento de diárias e a aquisição de passagens através do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP seu uso nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, com ênfase na experiência da Universidade de Brasília, sendo as IFES entidades que abrangem muitos elementos não só por sua condição de instituição especializada, mas também pelo fato de executarem atividades diversificadas relacionada com ensino, pesquisa e extensão. O presente capítulo será assim estruturado:

- 3.1 – Definição da pesquisa
- 3.2 – Caracterização e *locus* de estudo
- 3.3 – População e amostra
- 3.4 - Procedimentos de análise dos dados da pesquisa.

3.1 Definição da pesquisa

A presente pesquisa, no primeiro momento foi realizada através de uma análise qualitativa e tem por objetivo avaliar e mensurar os gastos públicos que as Instituições Federais de Ensino Superior, com ênfase na experiência da Universidade de Brasília, executam com a utilização dos investimentos provenientes, disponibilizados e realizados através do SCDP. Para sua consecução e com o intuito de descrever como ele acontece, foi realizado um levantamento, em vinte IFES escolhidas as quatro maiores em cada região, considerando o uso dos gastos com diárias e passagens e em seguida buscar-se-á os pormenores da execução dos investimentos, citados acima, na Universidade de Brasília.

O trabalho está fundamentado em tabelas que foram confeccionadas através dos dados levantados no Consiafi, Portais Transparência Brasil e Siga Brasil, onde foi apreciada a evolução dos dados no período de 2009 a 2014 e procurou saber se alguma das IFES se destacou no uso de algumas das rubricas especificadas na pesquisa. Num segundo momento e partindo para o *locus* focal da pesquisa, qual seja a Universidade de Brasília, pretendeu-se introduzir uma análise quantitativa, verificando se há alguma correlação entre Faculdades que receberam mais recursos por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens e se isso melhorou o desempenho dessas unidades.

Pode-se dizer também, que o presente trabalho é um estudo de caso, pois, de acordo com Gil (1991), este é caracterizado pelo estudo exaustivo e em profundidade de um ou de poucos objetos, de forma a permitir conhecimento amplo e específico do mesmo, posto que, tal tarefa se mostra praticamente irrealizável mediante outros delineamentos considerados.

Não obstante, esta pesquisa quanto aos objetivos, também é descritiva, em face de ser necessário, realizar um levantamento das características conhecidas que são componentes do fato. Novamente recorrendo a Gil (1991), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, e também, estabelecer relações entre variáveis.

3.2 Caracterização do *locus* de estudo

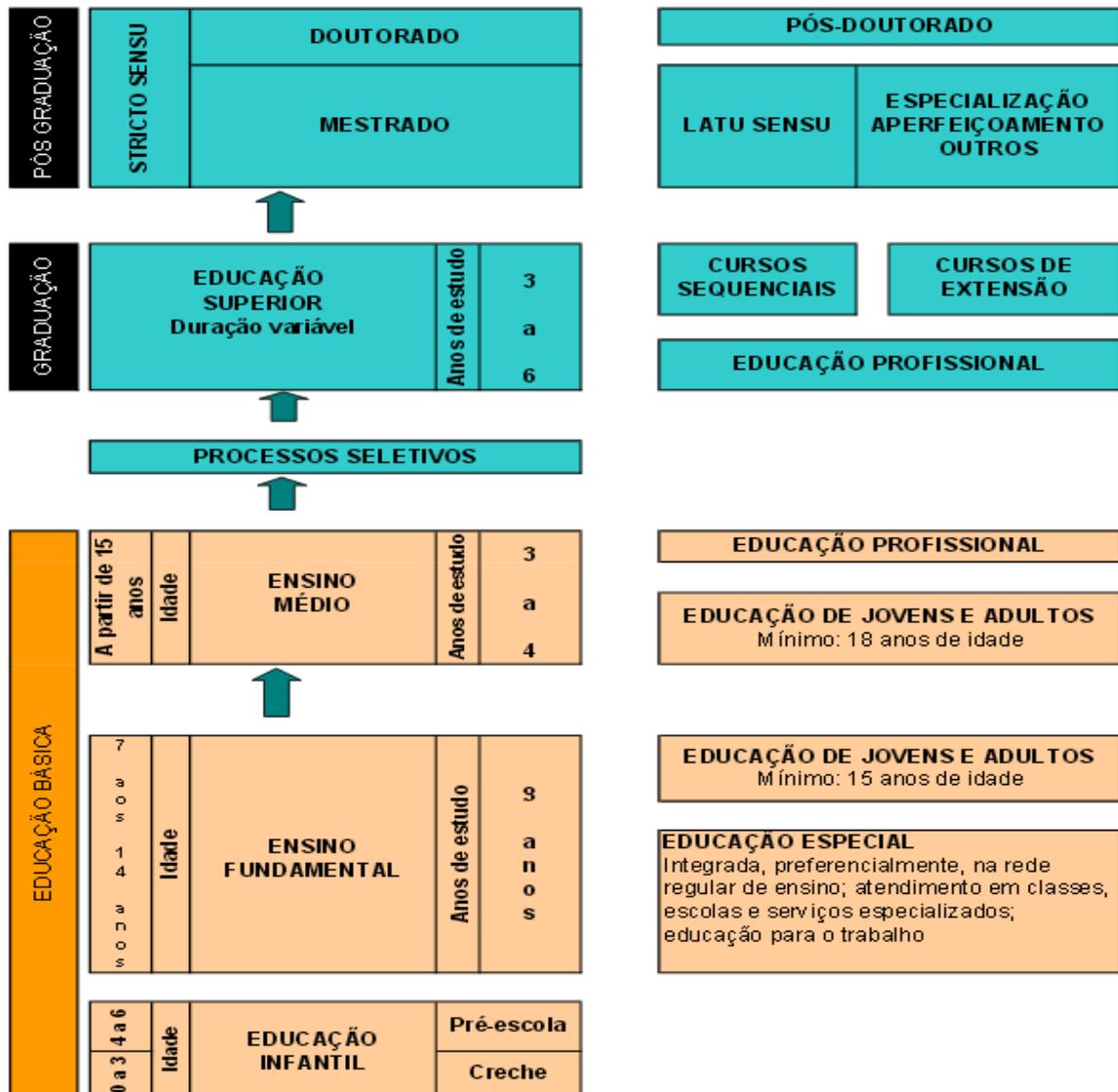
Na presente pesquisa pretendeu-se caracterizar os dados das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES concernentes ao gasto público, com o pagamento de diárias e a aquisição de passagens, fez-se também um estudo de caso aplicado na Universidade de Brasília.

3.2.1 Instituições Federais de Ensino Superior - IFES

As Instituições Federais de Ensino Superiores brasileiras passaram por mudanças acentuadas na década de 1990, consubstancialmente após a promulgação da Constituição de 1988, com a discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei n.º 9.394/96, da educação nacional tendo sido aprovada em 20 de dezembro de 1996 pelo Congresso Nacional, sobre a educação superior é conveniente destacar que sua organização como Sistema de Ensino Superior do Brasil (SES) é realizada em regime de colaboração entre a União, os Estados e o Distrito Federal, artigo n.º 211 da Constituição Brasileira de 1988 e ratificado pelo artigo 8 da LDB (BRASIL, 1996; BRASIL, 2009).

A organização e estrutura do sistema educativo brasileiro foram redefinidas pela LDB.

Figura 1 - Estrutura do Sistema Educativo Brasileiro



Fonte: <http://www.oei.es/quipu/brasil/estructura.pdf> - acessado em 22/05/2014

Na LDB, a conceituação de universidades se apresenta em seu artigo 52, redigida com os seguintes termos:

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

(BRASIL, 1996)

Relativo ao gasto público e também sobre a gestão, o artigo 207 da Carta Magna, traz que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 2009).

As Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras tem a incumbência de favorecer o crescimento sustentável do País, com equidade e justiça social. Para alcançar este objetivo, faz-se necessário a ampliação do financiamento, assegurando condições para viabilizar a realização de sua autonomia com a contratação de professores e funcionários necessários a sua manutenção e desenvolvimento.

3.2.2 Universidade de Brasília – UnB

A Universidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962.

Sobre sua inauguração encontra-se registrado em sua página com o título – Criação:

Brasília tinha apenas dois anos quando ganhou sua universidade federal. A Universidade de Brasília foi fundada com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país.

As regras, a estrutura e concepção da Universidade foram definidas pelo Plano Orientador, uma espécie de Carta Magna, datada de 1962, e ainda hoje em vigor. O Plano foi a primeira publicação da Editora UnB e mostrava o espírito inovador da instituição.

Darcy (1978) escreveu que a UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo.

A Universidade de Brasília é uma instituição idealizada para combinar o rigor da ciência com a ousadia da arte. A produção de conhecimento na UnB obedece ao modelo tridimensional de ensino, pesquisa e extensão, o que favorece a uma formação universitária de qualidade, respeitosa com todas as formas de saber e comprometida com a cidadania⁴.

⁴ Informação retirada em: www.unb.br/sobre/o_que_e, acessado em 22/05/2014

No Art. 17 do seu estatuto, têm-se que:

O Conselho de Administração delibera sobre a matéria administrativa, econômica, financeira, de planejamento e orçamento, de gestão de pessoas e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e diretrizes orçamentárias estabelecidas no art. 12, inciso II, ressalvados os casos previstos no inciso X do art. 12. (Redação dada pela Resolução n. 29/2010, de 7/12/2010, do Conselho Universitário da UnB)

Neste sentido observa-se que os assuntos relativos ao tema desta pesquisa sempre serão objetos de discussão pelo Conselho de Administração – CAD da Universidade de Brasília – UnB.

Em 2014, a UnB possuía 2.445 professores, 2.630 técnicos-administrativos e 28.570 alunos regulares e 6.304 de pós-graduação. É constituída por 26 institutos e faculdades e 21 centros de pesquisa especializados.

Oferece 109 cursos de graduação, sendo 31 noturnos e 10 a distância. Há ainda 147 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 22 especializações *lato sensu*. Os cursos estão divididos em quatro campi espalhados pelo Distrito Federal: Darcy Ribeiro (Plano Piloto), Planaltina, Ceilândia e Gama. Os órgãos de apoio incluem o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, o Hospital Veterinário e a Fazenda Água Limpa.

O campus Universitário Darcy Ribeiro, no Plano Piloto, é a unidade central da UnB e ocupa uma área de aproximadamente 4 km² na Asa Norte de Brasília.

Hoje o campus conta com cerca de 440 laboratórios, 21 centros, sete decanatos, seis órgãos complementares (Biblioteca Central, Centro de Informática, Editora Universidade de Brasília, Fazenda Água Limpa, UnBTV e Hospital Universitário de Brasília) e seis secretarias. Ainda há um hospital veterinário com duas unidades: uma de pequeno e outra de grande porte.

3.3 População e amostra

A análise qualitativa com base em tabelas que foram confeccionadas através dos dados no período de 2009 a 2014 referentes aos valores transferidos para as IFES utilizados nas sub-rubricas diárias e passagens, os dados foram levantados no Portal da Transparência Brasil, ambiente de responsabilidade da Controladoria Geral da União, sistema criado para

acompanhamento e controle da execução orçamentária do Governo Federal, também no portal Siga Brasil, portal de livre acesso, mantido pelo Senado Federal e proporciona o acompanhamento da execução financeira do Governo Federal.

Já na Universidade de Brasília pretendeu-se introduzir uma análise quantitativa, verificando se há alguma correlação entre as Faculdades que receberam mais recursos por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens e se isso melhorou o desempenho dessas unidades, neste tópico, além das bases de dados citadas no parágrafo acima a pesquisa aconteceu com mais minúcias no próprio SCDP e no Consiafi, que é um aplicativo destinado a auxiliar no acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos federais, possibilitando ao usuário obter informações relativas aos recursos da sua unidade.

3.4 Procedimentos de análise dos dados da pesquisa

O método foi então uma análise qualitativa e quantitativa com base em tabelas elaboradas com os dados levantados, bem como análise comparativa entre as diferentes rubricas e também tentativa de comparar os recursos do SCDP com desempenho das Faculdades da Universidade de Brasília.

Confeccionar uma análise argumentativa na busca de saber se os gastos com as rubricas, objetos deste estudo, vão de encontro aos programas de governo que querem incentivar inovações e melhorar a educação do Brasil.

No período da pesquisa o valor da diária não sofreu nenhuma alteração, as variações observadas nos valores dessa rubrica de fato se referem a um volume maior de diárias concedidas.

Relacionado às passagens elas sofrem de um problema referente à elevada burocracia na emissão, isso acaba fazendo com que as emissões se deem mais próximas das viagens, acarretando aumento nos custos.

4 - RESULTADOS DA PESQUISA

A partir deste ponto, analisaremos os dados referentes à execução financeira com pagamento de diárias e concessão de passagens no período de 2009 a 2014, o ano de 2009 é o marco inicial, pois foi quando, de fato, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal teve sua obrigatoriedade de implantação e estas modalidades de execução de recursos passaram a ser executadas no Serviço Público Federal exclusivamente via sistema.

Veremos como aconteceram as execuções financeiras referentes a essas rubricas das Instituições Federais de Ensino Superior, relacionadas a seguir: na região Centro-Oeste, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Universidade Federal do Mato Grosso, na região Nordeste: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Ceará, na região Norte: Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Tocantins e Universidade Federal do Acre, na região Sudeste a Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal de São Paulo, e na região Sul a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Federal do Rio Grande do Sul.

O critério para seleção das Instituições é bastante objetivo, foram escolhidas as quatro maiores em cada região, considerando o uso dos gastos com diárias e passagens, e as regiões estão apresentadas por ordem alfabética.

Passamos a apresentar como as Instituições relacionadas acima executaram os valores referentes às diárias e passagens no período indicado, conforme tabelas a seguir:

Tabela 1 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UnB

Universidade de Brasília			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	4.537.483,10	10.196.926,98	14.734.410,08
2010	6.573.760,38	12.124.717,31	18.698.477,69
2011	4.616.299,25	6.137.047,41	10.753.346,66
2012	3.754.435,91	7.612.711,38	11.367.147,29
2013	4.460.645,57	14.474.251,60	18.934.897,17
2014	3.827.841,48	8.009,306,61	11.831.148,09
Somatórios	27.770.465,69	58.554.961,29	86.325.426,98

Fonte: Programa Consiafi/UnB
Elaboração própria

A Universidade de Brasília, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 2053 docentes e 2224 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 3164 docentes e 2752 técnicos.

Ela apresenta uma destinação de verbas para diárias e passagens sem muita lógica, um ano você tem recursos aplicados em um valor, depois este valor é reduzido, ano seguinte ele é elevado, em seguida diminuído novamente, analisaremos estes dados, aqui apresentados, mais detalhadamente após a demonstração dos dados das outras Instituições selecionadas para este trabalho.

Tabela 2 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFG

Universidade Federal de Goiás			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.629.278,29	3.540.004,91	5.169.283,20
2010	2.307.367,58	3.301.748,71	5.609.116,29
2011	2.094.933,58	4.154.111,90	6.249.045,48
2012	2.764.582,01	3.627.686,40	6.392.268,41
2013	3.318.348,07	4.891.518,84	8.209.866,91
2014	3.277.655,89	6.197.061,03	9.474.716,92
Somatórios	15.392.165,42	25.712.131,79	41.104.297,21

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal de Goiás, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 2404 docentes e 2224 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 2989 docentes e diminuiu para 1530 técnicos.

Através dos dados financeiros apresentados acima, percebe-se uma crescente destinação nas verbas para diárias e passagens, com apenas dois destaques para serem colocados, quais sejam: em diária no ano de 2011 teve destinação de verba menor do que em 2010 e em passagens por duas vezes tiveram reduções no ano de 2010 em comparação com 2009 e em 2012 em comparação com o de 2011.

Em seu relatório de gestão do ano de 2010 a UFG destaca que ao longo dos últimos anos os valores alocados na LOA têm sido corrigidos, porém ainda assim, com todo crescimento que vem passando as IFES, este recurso ainda se mostra insuficiente para atender as diversas demandas, tanto da parte acadêmica, quanto administrativa da instituição, a destinação dos recursos está mais concentrada em passagens do que em diárias.

Tabela 3 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFMS

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.147.736,35	1.076.586,65	2.224.323,00
2010	1.826.069,00	1.272.468,88	3.098.537,88
2011	1.067.200,01	813.812,82	1.881.012,83
2012	1.370.350,10	875.630,52	2.245.980,62
2013	1.359.602,51	1.165.411,00	2.525.013,51
2014	1.630.787,59	1.644.112,40	3.274.899,99
Somatórios	8.401.745,56	6.848.022,27	15.249.767,83

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 1018 docentes e 1846 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 1436 docentes e 1915 técnicos.

Com os dados apresentados acima, percebe-se uma crescente nos anos de 2009 a 2014, com apenas um destaque para ser mencionado, em diárias e passagens no ano de 2011 teve destinação de verba menor do que em 2010.

Segundo relatório de gestão do ano de 2011 isso aconteceu: “devido à limitação das despesas com diárias e passagens e afins imposta pelo governo federal que dificultou sobremaneira a gestão das atividades acadêmicas e administrativas,” ela apresenta maior destinação de recursos para diárias do que para passagens.

Tabela 4 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFMT

Universidade Federal do Mato Grosso			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.376.084,80	1.141.087,00	2.517.171,80
2010	1.850.028,60	1.385.451,10	3.235.479,70
2011	1.389.096,43	945.623,46	2.334.719,89
2012	1.647.871,99	1.322.753,36	2.970.625,35
2013	1.886.009,90	1.716.351,09	3.602.360,99
2014	1.906.137,79	1.374.161,82	3.280.299,61
Somatórios	10.055.229,51	7.885.427,83	17.940.657,34

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal do Mato Grosso, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 2467 docentes e 1981 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade foi reduzida para 2115 docentes e 1554 técnicos.

Ela apresenta uma crescente em diárias e passagens se pegarmos os valores de 2009 e compararmos com os de 2014, porém em 2011 aconteceu uma redução significativa nessas rubricas.

Em seu relatório de gestão do ano de 2011 está registrado que: “devido ao decreto 7.446/11, que contingenciava despesas com locomoção, a UFMT limitou as despesas com diárias e passagens no exercício de 2011, houve uma redução nestas despesas de 26,51% em relação a 2010,” da mesma maneira que a UFMS, ela também destina mais recursos para diárias do que para passagens.

Tabela 5 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFBA

Universidade Federal da Bahia			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	695.255,55	2.335.724,26	3.030.979,81
2010	971.127,14	2.012.994,82	2.984.121,96
2011	1.163.477,53	1.668.453,79	2.831.931,32
2012	1.335.018,41	1.774.597,86	3.109.616,27
2013	2.223.735,36	4.947.269,56	7.171.004,92
2014	2.842.505,85	5.906.763,39	8.749.269,24
Somatórios	9.231.119,84	18.645.803,68	27.876.923,52

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal da Bahia, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 2581 docentes e 3254 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 3202 docentes e diminuiu para 3197 técnicos.

Apresenta uma crescente com relação à destinação de verba para diárias e passagens, exceto nos anos de 2010 com relação a 2009 e em 2011 em relação a 2010 em passagens, essa circunstância é informada em seu relatório de gestão de 2011 da seguinte maneira: “a diferença do valor observado no item 3 Outras Despesas Correntes ... também foi cancelado o valor de R\$ 281.000,00 de benefícios cujas despesas eram de auxílio transporte,” a destinação de recursos para passagens é o dobro do que para diárias.

Tabela 6 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFPB

Universidade Federal da Paraíba			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.522.651,45	1.787.620,71	3.310.272,16
2010	1.940.215,02	1.932.580,56	3.872.795,58
2011	1.655.314,26	1.723.393,50	3.378.707,76
2012	1.808.412,62	2.205.862,02	4.014.274,64
2013	1.639.711,38	1.819.826,03	3.459.537,41
2014	1.882.897,11	2.126.464,46	4.009.361,57
Somatórios	10.449.201,84	11.595.747,28	22.044.949,12

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal da Paraíba, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 2014 docentes e 2495 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 2672 docentes e 3783 técnicos.

A tabela nos mostra que houve redução na aplicação dos recursos em diárias e passagens no ano de 2011 com relação ao de 2010, em seu relatório de gestão do ano de 2011 a UFPB relata que: “houve uma fragilização na execução orçamentária, em decorrência das dificuldades de contratação e, também, da intempestividade da concessão de recursos de transferência, realizada, em geral, muito próximo ao final do exercício,” em 2013 também houve redução nas rubricas citadas acima com relação ao ano de 2012, novamente em seu relatório de gestão do ano de 2013 ela informa que: “teve poucos recursos para a aquisição de passagens, de diárias e de locação de veículos pelas universidades,” mas comparando o ano de 2009 ao de 2014 ela apresenta uma crescente com relação à destinação de verba para essas rubricas, destina um pouco a mais de recurso para passagens.

Tabela 7 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFPE

Universidade Federal de Pernambuco			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.153.252,80	2.044.638,11	3.197.890,91
2010	1.711.460,53	3.008.516,39	4.719.976,92
2011	1.864.406,12	2.172.978,07	4.037.384,19
2012	2.115.035,43	2.327.240,92	4.442.276,35
2013	2.734.776,67	2.284.075,92	5.018.852,59
2014	3.277.740,91	5.085.544,03	8.363.284,94
Somatórios	12.856.672,46	16.922.993,44	29.779.665,90

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal de Pernambuco, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 2355 docentes e 3389 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 2597 docentes e diminuiu para 2614 técnicos.

A UFPE apresenta uma crescente na destinação de verba para diárias e passagens, porém no ano de 2011 em comparação ao ano de 2010 houve um decréscimo significativo na destinação de verba para passagens.

Em seu relatório de gestão para o ano de 2011 ela relata que a redução se deu por conta do “Decreto 7446/11 de 01/mar/2011 - limita as despesas com passagens e diárias – 25% para as áreas de fiscalização e 50% demais (MEC), suspende realização de novas contratações para: aluguel, reformas e aquisição de imóveis, compra e o aluguel de veículos e locação de máquinas e equipamentos”, a UFPE aplica mais recursos em passagens que em diárias.

Tabela 8 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFC

Universidade Federal do Ceará			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	895.062,02	1.947.972,22	2.843.034,24
2010	1.480.405,38	2.385.664,97	3.866.070,35
2011	1.383.843,26	2.547.477,29	3.931.320,55
2012	1.242.771,08	2.359.686,07	3.602.457,15
2013	1.399.286,10	3.563.540,97	4.962.827,07
2014	1.548.502,44	3.460.316,11	5.008.818,55
Somatórios	7.949.870,28	16.264.657,63	24.214.527,91

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal do Ceará, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 1779 docentes e 3420 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade diminuiu para 1726 docentes e 3407 técnicos.

Apresenta uma crescente com relação à destinação de verba para diárias e passagens na comparação entre os anos de 2009 e 2014, mas apresentou decréscimos em 2011 e 2012 em diárias considerando os anos anteriores e em 2012 em passagens considerando o ano de 2011.

Seu relatório de gestão de 2011 apresenta o seguinte teor “em diárias observou-se um decréscimo de 26% nas despesas liquidada e paga no exercício 2011, resultante do contingenciamento dos limites para as despesas com diárias no âmbito do MEC estabelecido pela Portaria nº 446, de 20 de abril de 2011.” Já para 2012 novamente em seu relatório de

gestão para o ano de 2012 traz a explicação de que: “em diárias observou-se um decréscimo de 24% nas despesas liquidada e paga no exercício 2012, observando-se os limites para as despesas com diárias no âmbito do Ministério da Educação, estabelecido pela Portaria nº 362, de 10 de abril de 2012.” Já para passagens a UFC não justifica em seu relatório de gestão o que motivou a diminuição na utilização dos recursos nesta rubrica no ano de 2012, mas apresenta uma justificativa geral com o seguinte teor: “o ano de 2012 trouxe demandas à Universidade além da sua capacidade operacional, agravadas com a greve dos docentes e técnico-administrativos, cuja duração, para cada categoria, orbitou os três meses. As atipicidades vivenciadas por esta Autarquia Educacional geraram modificações significativas em sua Pró-Reitoria de Administração, ocasionando um lento, ainda que contínuo, processo de adaptação e reprogramação de rotinas.” Ela aplica mais que o dobro de seus recursos anuais com passagens na comparação com diárias.

Tabela 9 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFAM

Universidade Federal do Amazonas			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.302.873,57	2.869.799,74	4.172.673,31
2010	1.853.620,35	2.381.323,93	4.234.944,28
2011	2.593.403,63	2.593.403,63	5.186.807,26
2012	2.887.072,91	3.554.073,51	6.441.146,42
2013	3.363.314,85	4.667.004,49	8.030.319,34
2014	3.528.492,19	3.630.411,80	7.158.903,99
Somatórios	15.528.777,50	19.696.017,10	35.224.794,60

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal do Amazonas, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 1522 docentes e 1497 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 1867 docentes e 1567 técnicos.

Apresenta uma crescente em relação à destinação de verba para diárias e passagens, com decréscimo no ano de 2010 em passagens com relação ao ano de 2009, em seu relatório parcial de auto avaliação destaca: “Insuficiência de recursos financeiros para execução de projetos” e em 2014 com relação ao ano de 2013 também em passagens, seu relatório de gestão para o ano de 2014 ainda não está disponibilizado em sua página.

Está entre as universidades que mais utiliza recursos nestas rubricas, o que chama atenção em seu relatório de gestão do ano de 2013 é que: “a UFAM também é grande articuladora e orientadora na aprovação de projetos de editais da Capes de Minter, Dinter e

PRODOUTORAL⁵ para a qualificação de docentes e atualmente possui três programas de Dinter e um de Minter em andamento, além de um PRODOUTORAL submetido à avaliação na Capes”, ela executa mais recursos com passagens do que com diárias.

Tabela 10 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFPA

Universidade Federal do Pará			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	3.541.536,01	3.642.237,40	7.183.773,41
2010	4.938.707,34	3.977.623,04	8.916.330,38
2011	4.587.094,62	3.455.362,28	8.042.456,90
2012	4.947.342,00	3.896.406,95	8.843.748,95
2013	6.056.285,69	4.739.503,84	10.795.789,53
2014	4.611.472,08	4.497.028,81	9.108.500,89
Somatórios	28.682.437,74	24.208.162,62	52.890.600,06

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal do Pará, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 3001 docentes e 2378 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade diminuiu para 2527 docentes e aumentou para 2383 técnicos.

Apresenta uma crescente com relação à destinação de verba para diárias e passagens, com redução dos recursos no ano de 2011 em relação ao ano de 2010 e em 2014 em relação ao ano de 2013, tanto em diárias como em passagens.

Está entre as que mais executaram recursos nestas rubricas, pois conforme consta do seu relatório de gestão de 2014: “na UFPA, a política de qualificação do corpo docente compreende ações em várias direções, incluindo a contratação da oferta por outras IES de Doutorados Interinstitucionais (DINTERs) e Mestrados Interinstitucionais (MINTERs). Além disso, uma ação interna estimula a abertura de turmas especiais nos programas ofertados pela própria UFPA destinados especificamente ao seu quadro de pessoal. Por último, a UFPA submeteu à CAPES e obteve aprovação de seu Plano de Formação Doutoral, por meio do qual tem sido possível financiar o deslocamento de docentes para cursar o doutorado em IES de outras regiões do país.” Ela executa mais recursos com diárias do que com passagens.

⁵ Minter, Dinter e Prodoutoral são ações que buscam estimular a elaboração e a implementação de estratégias de melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão das IFES de origem, de modo a apoiar esforços institucionais para a capacitação e para o aprimoramento da qualificação dos seus docentes, visando à consolidação de grupos de pesquisa e à formação de programas de pós-graduação.

Tabela 11 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFT

Universidade Federal do Tocantins			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	669.553,08	1.060.329,32	1.729.882,40
2010	951.877,08	977.438,66	1.929.315,74
2011	713.528,65	854.507,68	1.568.036,33
2012	1.052.137,66	1.553.278,65	2.605.416,31
2013	1.476.751,52	2.155.452,18	3.632.203,70
2014	1.373.257,27	2.238.526,56	3.611.783,83
Somatórios	6.237.105,26	8.839.533,05	15.076.638,31

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal do Tocantins, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 701 docentes e 555 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 969 docentes e 639 técnicos.

Apresenta uma crescente com relação à destinação de verba para diárias e passagens se considerarmos os anos de 2009 até 2014, destacando a diminuição em diárias e passagens no ano de 2011 em relação ao de 2010. Em seu relatório de gestão do ano de 2011, a UFT justifica esse fato da seguinte maneira: “o declínio das despesas de capital também está ligado diretamente ao programa REUNI, pois no cronograma de execução do referido programa os recursos para investimentos previstos para o exercício de 2011 eram menores”.

Em 2014 houve diminuição em diárias com relação a 2013, no relatório de gestão relativo ao ano de 2014 a UFT justifica a redução da seguinte maneira: “é importante destacar que em média os gastos com a manutenção da UFT crescem em torno de 20% ao ano, enquanto o crescimento do valor alocado no orçamento para tal fim gira em torno de 10% considerando o IPCA.” Ela executa mais recursos com passagens do que com diárias.

Tabela 12 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFAC

Universidade Federal do Acre			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	324.217,93	646.752,36	970.970,29
2010	562.769,88	709.296,06	1.272.065,94
2011	409.989,90	606.621,82	1.016.611,72
2012	707.745,02	510.825,87	1.218.570,89
2013	990.447,01	969.672,58	1.960.119,59
2014	1.502.049,86	1.612.287,20	3.114.337,06
Somatórios	4.497.219,60	5.055.455,89	9.552.675,49

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal do Acre, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 603 docentes e 539 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 714 docentes e 639 técnicos.

Apresenta uma crescente destinação de verba para diárias e passagens, com redução em diárias e passagens no ano de 2011 relacionado ao ano de 2010, em seu relatório de gestão para o ano de 2011 até aparece a redução nos valores, no pagamento de diárias, em despesa liquidada e despesa paga, mas não apresenta nenhuma explicação para o ocorrido.

Em 2012 ocorre também diminuição em passagens com relação ao ano de 2011, porém em seu relatório de gestão para o ano de 2012 não apresenta justificativa para tal redução.

É uma das Instituições que menos investiu recursos nestas rubricas.

Tabela 13 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.447.797,21	1.779.684,77	3.227.481,98
2010	1.952.476,91	1.761.406,00	3.713.882,91
2011	2.122.340,99	1.546.430,52	3.668.771,51
2012	2.715.077,64	2.356.680,89	5.071.758,53
2013	3.296.797,10	4.671.598,38	7.968.395,48
2014	2.913.569,38	4.181.949,23	7.095.518,61
Somatórios	14.448.059,23	16.297.749,79	30.745.809,02

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal de Minas Gerais segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 1779 docentes e 3420 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 3227 docentes e 4313 técnicos.

Apresenta uma crescente com relação à destinação de verba para diárias e passagens, destacando-se que em 2011 teve uma redução em passagens com relação ao executado em 2010, a UFMG justifica da seguinte maneira essa redução: “As despesas empenhadas no âmbito da UFMG, cujos saldos ao final do exercício financeiro ainda não tenham cumprido o percurso da despesa pública, qual seja a liquidação e o do pagamento recebem o tratamento previsto no Decreto 93.872/86, modificado pelo Decreto 7.654/11, no qual são inscritos como restos a pagar processados e não processados, respectivamente”.

Ela apresentou também decréscimo nas rubricas diárias e passagens em 2014 comparativamente com o ano de 2013, seu relatório de gestão para o ano de 2014 ainda não

encontra-se disponível em seu sítio eletrônico, ela tem os recursos descentralizados na distribuição para os seus órgãos, no período analisado executou mais recursos com passagens em comparação com diárias.

Tabela 14 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFSCAR

Universidade Federal de São Carlos			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e Passagens
2009	380.093,84	566.451,99	946.545,83
2010	386.694,17	463.182,14	849.876,31
2011	382.722,38	509.634,84	892.357,22
2012	383.146,23	698.971,94	1.082.118,17
2013	518.677,15	1.513.676,50	2.032.353,65
2014	685.851,56	1.759.162,73	2.445.014,29
Somatórios	2.737.185,33	5.511.080,14	8.248.265,47

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal de São Carlos, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 1062 docentes e 840 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 1387 docentes e 1361 técnicos.

Quanto a tabela acima, ela indica uma crescente com relação à destinação de verba para diárias e passagens, com destaque para a rubrica passagens em 2010 que teve redução com relação ao ano de 2009, uma possível justificativa está em seu relatório de gestão descrito da seguinte maneira: “observa-se que a UFSCAR manteve um alto índice de execução na alínea de investimentos, já na de custeio o índice de execução foi na ordem de 90%. Isso se deve à antecipação da data de empenho e também porque os créditos foram liberados próximo do fim do exercício.” Ela é a que menos investiu recursos nestas rubricas e executa mais que o dobro dos recursos em passagens com relação a diárias.

Tabela 15 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e Passagens
2009	1.421.607,81	5.075.935,47	6.497.543,28
2010	2.312.982,10	5.803.567,42	8.116.549,52
2011	1.732.808,36	3.976.552,46	5.709.360,82
2012	2.105.673,50	7.727.193,49	9.832.866,99
2013	2.542.534,81	9.044.305,93	11.586.840,74
2014	2.238.242,53	8.480.161,29	10.718.403,82
Somatórios	12.353.849,11	40.107.716,06	52.461.565,17

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 3994 docentes e 8685 técnicos administrativos, em 2013 essa quantidade diminuiu para 3821 docentes e aumentou para 9022 técnicos,

Apresenta uma crescente destinação de verba para diárias e passagens, se compararmos os anos de 2009 com o de 2014, porém apresenta diminuição nos anos de 2011 com relação ao de 2010 em diárias e passagens.

Em seu relatório de gestão para o ano de 2011 a Instituição não se manifesta sobre a redução que aparece na tabela, também em 2014 se comparado com o ano de 2013, houve redução na destinação de verbas para essas rubricas.

Seu relatório de gestão para o ano de 2014 ainda não encontra-se disponível no seu sítio eletrônico, no caso específico do Estado do Rio de Janeiro é sabido que teremos a realização das Olimpíadas de 2016 o que possivelmente justifica a elevação dos gastos principalmente na rubrica passagens, ela é a que mais possui docentes e técnicos, esse fato se justifica por ter sido a antiga capital do país, executa três vezes mais recursos com passagens do que com diárias.

Tabela 16 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UNIFESP

Universidade Federal de São Paulo			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e Passagens
2009	276.174,55	1.238.158,89	1.514.333,44
2010	499.837,44	1.626.310,28	2.126.147,72
2011	438.859,90	2.111.511,36	2.550.371,26
2012	552.271,65	3.289.647,20	3.841.918,85
2013	774.570,55	6.716.724,60	7.491.295,15
2014	769.735,40	4.917.798,80	5.687.534,20
Somatórios	3.311.449,49	19.900.151,13	23.211.600,62

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal de São Paulo, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 989 docentes e 1926 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 1345 docentes e 2058 técnicos.

Relacionado à tabela anterior acontece uma elevação na destinação de verba para diárias e passagens, se compararmos 2009 com o ano de 2014, porém houve redução nos valores destinados às diárias no ano de 2011 em relação ao ano de 2010.

Em seu relatório de gestão para o ano de 2011 não aparece nada sobre essa redução e em passagens no ano de 2014 comparado com o ano de 2013, na página UNIFESP ainda não está disponível o relatório de gestão referente ao ano de 2014.

Os dados apresentados anteriormente mostram também que houve uma elevação significativa na rubrica passagens, chegando a ser tanto em 2014 como no somatório de todos os anos, seis vezes maior que o destinado a rubrica diárias.

Tabela 17 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.854.628,00	3.683.904,97	5.538.532,97
2010	2.621.428,26	4.663.227,84	7.284.656,10
2011	2.486.113,78	6.040.629,83	8.526.743,61
2012	2.807.841,64	4.951.903,25	7.759.744,89
2013	2.573.296,67	5.762.081,41	8.335.378,08
2014	2.726.027,37	5.164.098,29	7.890.125,66
Somatórios	15.069.335,72	30.265.845,59	45.335.181,31

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal de Santa Catarina, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 2093 docentes e 1521 técnicos administrativos, em 2013 essa quantidade aumentou para 2463 docentes e 1831 técnicos.

Apresenta uma crescente com relação à destinação de verba para diárias e passagens, se compararmos os anos de 2009 com o de 2014, porém ela apresenta algumas reduções, quais sejam: em diárias no ano de 2011 em relação ao ano de 2010, no relatório de gestão observou-se uma redução em diárias nas despesas liquidada e paga no exercício 2011; em 2013 em relação ao ano de 2012, novamente em seu relatório de gestão a UFSC apresenta uma redução em diárias na despesa liquidada e paga no exercício 2013, mas não comenta o motivo para tal redução; em passagens no ano de 2012 em comparação com 2011 e também no ano de 2014 em relação ao ano de 2013 aconteceram reduções.

Nos relatórios de gestão do ano de 2012 e o de 2014 da UFSC não aparece a rubrica passagens, que está englobada em uma rubrica mais abrangente, o somatório da destinação total de verbas para passagens é mais que o dobro do utilizado com diárias.

Tabela 18 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFSM

Universidade Federal de Santa Maria			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.788.164,15	1.918.447,57	3.706.611,72
2010	2.584.439,77	1.980.078,30	4.564.518,07
2011	2.535.960,55	1.895.300,49	4.431.261,04
2012	3.812.273,93	2.318.232,93	6.130.506,86
2013	5.103.955,71	4.310.011,90	9.413.967,61
2014	6.901.332,36	3.739.037,13	10.640.369,49
Somatórios	22.726.126,47	16.161.108,32	38.887.234,79

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal de Santa Maria, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 1615 docentes, 2608 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 1977 docentes e 2813 técnicos.

Apresenta uma crescente destinação de verba para diárias e passagens se compararmos o ano de 2009 com o de 2014, mas em 2011 a UFSM tem uma diminuição da destinação de verba tanto em diárias como em passagens em comparação ao ano de 2010.

No relatório de gestão observou-se uma redução em diárias nas despesas liquidada e paga no exercício 2011 em relação a ano de 2010, mas não comenta o motivo para tal redução.

Neste mesmo relatório a UFSM não apresenta a rubrica passagens, que está englobada em uma rubrica mais abrangente, apresenta também uma redução na rubrica passagens no ano de 2014 em relação ao de 2013, na página da UFSM ainda não está disponível o relatório de gestão referente ao ano de 2014, ela direciona mais recursos para a rubrica de diárias que para passagens.

Tabela 19 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFPR

Universidade Federal do Paraná			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.718.440,52	2.425.973,28	4.144.413,80
2010	2.197.401,54	2.608.994,20	4.806.395,74
2011	1.572.244,19	2.533.486,97	4.105.731,16
2012	1.698.252,43	2.543.095,24	4.241.347,67
2013	1.757.774,64	3.158.380,00	4.916.154,64
2014	2.283.445,44	3.450.446,96	5.733.892,40
Somatórios	11.227.558,76	16.720.376,65	27.947.935,41

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal do Paraná, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 2235 docentes e 3504 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade aumentou para 2335 docentes e diminuiu para 1774 técnicos.

Apresenta uma crescente com relação à destinação de verba para diárias e passagens se compararmos o ano de 2009 com o ano de 2014, porém no ano de 2011 apresentou uma redução, tanto em diárias quanto em passagens comparando ao ano de 2010.

No relatório de gestão da UFPR observou-se uma redução em diárias nas despesas liquidada e paga no exercício 2011 em relação a ano de 2010, mas não aparece o motivo para tal redução, neste mesmo relatório ela não apresenta a rubrica passagens, que provavelmente está englobada em uma rubrica mais abrangente, a UFPR direciona mais recursos para a rubrica de passagens que para diárias.

Tabela 20 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens - UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul			
Ano	Diárias	Passagens	Diárias e passagens
2009	1.240.043,99	1.359.175,76	2.599.219,75
2010	1.782.143,92	1.740.342,39	3.522.486,31
2011	1.868.591,54	1.451.449,14	3.320.040,68
2012	2.764.893,89	1.897.286,98	4.662.180,87
2013	2.803.558,60	2.823.518,53	5.627.077,13
2014	3.819.835,88	3.553.938,67	7.373.774,55
Somatórios	14.279.067,82	12.825.711,47	27.104.779,29

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, segundo dados do INEP, em 2009 tinha em seus quadros 2946 docentes e 2731 técnicos administrativos e em 2013 essa quantidade diminuiu para 2612 docentes e aumentou para 2799 técnicos.

Apresenta uma crescente com relação à destinação de verba para diárias e passagens na comparação entre o ano de 2014 e o ano de 2009, apresentando apenas uma redução em passagens no ano de 2011 relacionado ao ano anterior.

Em seu relatório de gestão do ano de 2011 a UFRGS não apresenta a rubrica passagens, que provavelmente está englobada em uma rubrica mais abrangente, ela direciona mais recursos para a rubrica de diárias que de passagens.

No conjunto das IFES acima descritas, todas apresentaram aumento dos recursos destinados a diárias e passagens se considerarmos o período da pesquisa, que está compreendido entre os anos de 2009 e 2014.

Todas apresentaram redução de verbas com as rubricas diárias e passagens em algum momento, no ano de 2011 a grande maioria delas apresentou redução ou em diárias ou em passagens, colocando em seus relatórios de gestão a responsabilidade no Governo Federal que ou reduziu, ou transferiu verbas já no final do exercício.

Comparando os gastos entre as rubricas, quinze delas utilizaram mais recursos com passagens e as outras cinco utilizaram mais recursos com diárias.

Ainda analisando o conjunto das Instituições apresentadas anteriormente, e considerando os gastos realizados no período de 2009 a 2014, apenas com a rubrica diárias, temos a seguinte disposição, da que mais gastou para a que menos gastou:

Tabela 21 – Gastos em reais (R\$) com diárias

Diárias de 2009 a 2014	
Instituições	Total
UFPA	28.682.437,74
UnB	27.770.465,69
UFSM	22.726.126,47
UFAM	15.528.777,50
UFG	15.392.165,42
UFSC	15.069.335,72
UFMG	14.448.059,23
UFRGS	14.279.067,82
UFPE	12.856.672,46
UFRJ	12.353.849,11
UFPR	11.227.558,76
UFPB	10.449.201,84
UFMT	10.055.229,51
UFBA	9.231.119,84
UFMS	8.401.745,56
UFC	7.949.870,28
UFT	6.237.105,26
UFAC	4.497.219,60
UNIFESP	3.311.449,49
UFSCAR	2.737.185,33

Fonte: Programa Consiafi/UnB e Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

Nesse período algumas considerações podem ser obtidas, quais sejam: a IFES que mais executou recursos com diárias foi a UFPA, seguida da UnB, da UFSM, UFAM, UFG e assim por diante, conforme tabela apresentada acima.

Das dez primeiras Instituições apresentadas no trabalho, temos três delas da região Sul e a décima primeira é a UFPR, duas do Centro-Oeste, duas do Norte, duas do Sudeste e apenas uma do Nordeste, o valor aplicado para essa rubrica pela UFPA que aparece em primeiro lugar é dez vezes maior do que a UFSCAR que é a última.

Agora, considerando os gastos realizados no período de 2009 a 2014, apenas com a rubrica passagens, temos a seguinte disposição, da que mais gastou para a que menos gastou:

Tabela 22 – Gastos em reais (R\$) com passagens

Passagens no período de 2009 a 2014	
Instituições	Total
UnB	58.554.961,29
UFRJ	40.107.716,06
UFSC	30.265.845,59
UFG	25.712.131,79
UFPA	24.208.162,62
UNIFESP	19.900.151,13
UFAM	19.696.017,10
UFBA	18.645.803,68
UFPE	16.922.993,44
UFPR	16.720.376,65
UFMG	16.297.749,79
UFC	16.264.657,63
UFMS	16.161.108,32
UFRGS	12.825.711,47
UFPB	11.595.747,28
UFT	8.839.533,05
UFMT	7.885.427,83
UFMS	6.848.022,27
UFAC	5.055.455,89
UFSCAR	5.511.080,14

Fonte: Programa Consiafi/UnB e Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

Nesse período algumas considerações podem ser obtidas, quais sejam: a IFES que mais executou recursos com passagens foi a UnB, seguida da UFRJ, da UFSC, UFG, UFPA e assim sucessivamente, conforme tabela apresentada acima.

Das dez primeiras Instituições apresentadas no trabalho, temos duas delas de cada região, o valor aplicado para essa rubrica pela UnB que é a primeira é dez vezes maior do que a UFSCAR que é a última.

Agora, considerando os gastos realizados no período de 2009 a 2014, com o somatório das rubricas diárias e passagens, temos a seguinte disposição, a Instituição que mais gastou para a que menos gastou:

Tabela 23 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens

Diárias e passagens no período de 2009 a 2014	
Instituições	Total
UnB	86.325.426,98
UFPA	52.890.600,06
UFRJ	52.461.565,17
UFSC	45.335.181,31
UFG	41.104.297,21
UFSM	38.887.234,79
UFAM	35.224.794,60
UFMG	30.745.809,02
UFPE	29.779.665,90
UFPR	27.947.935,41
UFBA	27.876.923,52
UFRGS	27.104.779,29
UFC	24.214.527,91
UNIFESP	23.211.600,62
UFPB	22.044.949,12
UFMT	17.940.657,34
UFMS	15.249.767,83
UFT	15.076.638,31
UFAC	9.552.675,49
UFSCAR	8.248.265,47

Fonte: Programa Consiafi/UnB e Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

Nesse período algumas considerações podem ser obtidas, quais sejam: a Instituição Federal de Ensino Superior que mais executou recursos com diárias e passagens foi a UnB, seguida da UFPA, UFRJ, UFSC, UFG e assim sucessivamente, conforme tabela apresentada acima.

Das dez primeiras Instituições apresentadas no trabalho, temos três delas da região Sul, duas do Centro-Oeste, duas do Norte, duas do Sudeste e apenas uma Nordeste, o valor aplicado para essa rubrica pela UnB que é a primeira é bem superior que a segunda e dez vezes maior do que o utilizado pela UFSCAR que é a última.

Veremos como as vinte Instituições Federais de Ensino Superior, objeto deste trabalho, aparecem em relação ao RUF – *Ranking* Universitário Folha⁶, que considera cinco tópicos em sua avaliação, quais sejam: qualidade de ensino, qualidade da pesquisa, avaliação do mercado, inovação e internacionalização, utilizaremos apenas três anos por conta da criação deste *ranking*, que foi em 2012.

2014: UFMG (2°), UFRJ (3°), UFRGS (4°), UFSC (7°), UnB (8°), UFPR (9°), UFSCAR (10°), UFPE (11°), UNIFESP (12°), UFC (13°), UFBA (14°), UFSM (15°), UFG (22°), UFPB (25°), UFPA (29°), UFMT (36°), UFMS (37°); UFAM (40°), UFT (93°), UFAC (116°).

2013: UFRJ (2°), UFMG (3°), UFRGS (4°), UFSC (7°), UnB (8°), UFPR (9°), UFPE (10°), UNIFESP (11°), UFSCAR (12°), UFSM (14°), UFC (16°), UFBA (17°), UFPB (24°), UFG (25°), UFPA (26°), UFMS (32°), UFMT (37°); UFAM (66°), UFAC (73°), UFT (110°).

2012 UFMG (2°), UFRJ (3°), UFRGS (4°), UFPR (7°), UnB (8°), UFSC (9°), UFPE (10°), UFBA (12°), UNIFESP (14°), UFSCAR (17°), UFC (18°), UFSM (20°), UFG (23°), UFPA (24°), UFPB (26°), UFMS (34°); UFAM (43°), UFMT (51°), UFAC (76°); UFT (82°).

O "*Webometrics Ranking of World Universities*"⁷ que é uma iniciativa do *Cybermetrics Lab*, um grupo de pesquisa pertencente ao Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), o maior organismo público de investigação da Espanha, no ano de 2013 nos traz a seguinte classificação para as Instituições de Federais de Ensino Superior apresentadas nas tabelas anteriores: UFRGS (3°), UFRJ (4°), UFSC (5°), UFMG (6°), UnB (7°), UFPR (10°), UFBA (11°), UFPE (13°), UFC (16°), UNIFESP (18°), UFSCAR (20°), UFSM (22°), UFG (23°), UFPA (27°), UFPB (29°), UFMS (46°), UFMT (50°), UFAM (56°), UFAC (87°).

Todas as Instituições analisadas aparecem nos principais dispositivos de classificação das Universidades Brasileiras, o *Webometrics* traz apenas as 100 melhores e a UFT não aparece entre essas.

Porém, se formos traçar um paralelo comparativo entre a Universidade de Brasília que destina recursos para diárias e passagens num valor bem superior do que os valores da segunda colocada e dez vezes mais que os valores da última colocada, temos duas frentes de

⁶ <http://ruf.folha.uol.com.br/2014/>, acessado em 02/12/2014.

⁷ <http://www.profcardy.com/vestibular/top100br.php>, acessado em 28/12/2014.

analise, ou ela aplica recursos nestas rubricas na tentativa de capacitar melhor seus empregados e buscar um maior intercâmbio com outras instituições, ou está aplicando de maneira equivocada estes recursos devido a sua colocação nas classificações apresentadas.

Já a Universidade Federal de São Carlos, que tem um dos mais baixos montantes de recursos aplicados em diárias e passagens, aparece bem classificada nos *rankings* apresentados.

Portanto, não parece haver, em princípio, uma relação entre o montante de recursos destinados a diárias e passagens e o desempenho das universidades em *rankings* classificatórios de desempenho.

A seguir, apresentamos tabelas da execução dos gastos realizados com diárias e passagens nas Instituições Federais de Ensino Superior disposta por regiões:

Tabela 24 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens – Região Centro Oeste

Ano	UnB	UFG	UFMS	UFMT
2009	14.734.410,08	5.169.283,20	2.224.323,00	2.517.171,80
2010	18.698.477,69	5.609.116,29	3.098.537,88	3.235.479,70
2011	10.753.346,66	6.249.045,48	1.881.012,83	2.334.719,89
2012	11.367.147,29	6.392.268,41	2.245.980,62	2.970.625,35
2013	18.934.897,17	8.209.866,91	2.525.013,51	3.602.360,99
2014	11.837.148,09	9.474.716,92	3.274.899,99	3.280.299,61
Total	86.325.426,98	41.104.297,21	15.249.767,83	17.940.657,34
Total da Região	160.620.149,36			

Fontes: Programa Consiafi/UnB e Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

Analisando a tabela da região Centre Oeste, a UnB e a UFG estão entre as cinco que mais aplicam recursos em diárias e passagens e a UFMT e a UFMS estão entre as cinco que menos aplicam seus recursos com essas rubricas na tabela total dos gastos com estas rubricas.

Tabela 25 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens – Região Nordeste

Ano	UFBA	UFPB	UFPE	UFC
2009	3.030.979,81	3.310.272,16	3.197.890,91	2.843.034,24
2010	2.984.121,96	3.872.795,58	4.719.976,92	3.866.070,35
2011	2.831.931,32	3.378.707,76	4.037.384,19	3.931.320,55
2012	3.109.616,27	4.014.274,64	4.442.276,35	3.602.457,15
2013	7.171.004,92	3.459.537,41	5.018.852,59	4.962.827,07
2014	8.749.269,24	4.009.361,57	8.363.284,94	5.008.818,55
Total	27.876.923,52	22.044.949,12	29.779.665,90	24.214.527,91
Total da Região	103.916.066,45			

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

Sobre a tabela da região Nordeste, percebemos que todas as quatro Instituições aplicam recursos na faixa entre os vinte e trinta milhões de reais, e todas estão no meio da tabela total dos gastos com diárias e passagens.

Tabela 26 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens – Região Norte

Ano	UFAM	UFPA	UFT	UFAC
2009	4.172.673,31	7.183.773,41	1.729.882,40	970.970,29
2010	4.234.944,28	8.916.330,38	1.929.315,74	1.272.065,94
2011	5.186.807,26	8.042.456,90	1.568.036,33	1.016.611,72
2012	6.441.146,42	8.843.748,95	2.605.416,31	1.218.570,89
2013	8.030.319,34	10.795.789,53	3.632.203,70	1.960.119,59
2014	7.158.903,99	9.108.500,89	3.611.783,83	3.114.337,06
Total	35.224.794,60	52.890.600,06	15.076.638,31	9.552.675,49
Total da Região	112.744.708,46			

Fonte: Portal Transparência Brasil
Elaboração própria

Na região Norte a UFPA é a segunda Instituição que mais investe em diárias e passagens e a UFAC é a segunda que menos gasta recursos com essas rubricas, a UFAM na parte de cima dos gastos e a UFT na parte de baixo da tabela total dos gastos com diárias e passagens.

Tabela 27 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens – Região Sudeste

Ano	UFMG	UFSCAR	UFRJ	UNIFESP
2009	3.227.481,98	946.545,83	6.497.543,28	1.514.333,44
2010	3.713.882,91	849.876,31	8.116.549,52	2.126.147,72
2011	3.668.771,51	892.357,22	5.709.360,82	2.550.371,26
2012	5.071.758,53	1.082.118,17	9.832.866,99	3.841.918,85
2013	7.968.395,48	2.032.353,65	11.586.840,74	7.491.295,15
2014	7.095.518,61	2.445.014,29	10.718.403,82	5.687.534,20
Total	30.745.809,02	8.248.265,47	52.461.565,17	23.211.600,62
Total da Região	114.667.240,28			

Fonte: Portal Transparência Brasil

Elaboração própria

Na região Sudeste a UFRJ é a terceira Instituição que mais investe em diárias e passagens e a UFSCAR é a que menos gasta recursos com essas rubricas, a UFMG está na parte de cima dos gastos e a UNIFESP está na parte de baixo da tabela total dos gastos com diárias e passagens.

Tabela 28 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens – Região Sul

Ano	UFSC	UFSM	UFPR	UFRGS
2009	5.538.532,97	3.706.611,72	4.144.413,80	2.599.219,75
2010	7.284.656,10	4.564.518,07	4.806.395,74	3.522.486,31
2011	8.526.743,61	4.431.261,04	4.105.731,16	3.320.040,68
2012	7.759.744,89	6.130.506,86	4.241.347,67	4.662.180,87
2013	8.335.378,08	9.413.967,61	4.916.154,64	5.627.077,13
2014	7.890.125,66	10.640.369,49	5.733.892,40	7.373.774,55
Total	45.335.181,31	38.887.234,79	27.947.935,41	27.104.779,29
Total da Região	139.275.138,80			

Fonte: Portal Transparência Brasil

Elaboração própria

Na região Sul a UFSC é a quarta Instituição que mais investe em diárias e passagens, a UFSM é a sexta e as outras duas a UFPR e a UFRGS estão entre as doze que mais gastam recursos com essas rubricas na tabela total dos gastos com diárias e passagens.

A Região Centro-Oeste é a que mais utiliza recursos com as rubricas diárias e passagens, seguida pela Região Sul, Sudeste, Norte, e Nordeste.

A próxima tabela apresenta os dados com as quantidades de docentes e técnicos por Instituição, apresentadas por regiões, nos anos de 2009 e em 2013, o INEP ainda não disponibilizou em sua página os dados para o ano de 2014.

Tabela 29 – Quantitativo de docentes e técnicos por regiões em 2009 e 2013

Centro Oeste						
	2009			2013		
	Docentes	Técnicos	Total	Docentes	Técnicos	Total
UnB	2053	2224	4277	3164	2752	5916
UFG	2404	2224	4628	2989	1530	4519
UFMS	1018	1846	2864	1436	1915	3351
UFMT	2467	1981	4448	2115	1554	3669
Total da Região	7942	8275	16217	9704	7751	17455
Nordeste						
UFBA	2581	3254	5835	3202	3197	6399
UFPB	2014	2495	4509	2672	3783	6455
UFPE	2355	3389	5744	2597	2614	5211
UFC	1779	3420	5199	1726	3407	5133
Total da Região	8729	12558	21287	10197	13001	23198
Norte						
UFAM	1522	1497	3019	1867	1567	3434
UFPA	3001	2378	5379	2527	2383	4910
UFT	701	555	1256	969	639	1608
UFAC	603	539	1142	714	639	1353
Total da Região	5827	4969	10796	6077	5228	11305
Sudeste						
UFMG	1779	3420	5199	3227	4313	7540
UFSCAR	1062	840	1902	1387	1361	2748
UFRJ	3994	8685	12679	3821	9022	12843
UNIFESP	989	1926	2915	1345	2058	3403
Total da Região	7824	14871	22695	9780	16754	26534
Sul						
UFSC	2093	1521	3614	2463	1831	4294
UFSM	1615	2608	4223	1977	2813	4790
UFPR	2235	3504	5739	2335	1774	4109
UFRGS	2946	2731	5677	2612	2799	5411
Total da Região	8889	10364	19253	9387	9217	18604

Fonte: INEP

Elaboração própria

Em um comparativo entre as Instituições que mais executam recursos com diárias e passagens com o quantitativo de servidores, vemos que a região Sudeste tem o maior número de servidores e é a terceira que mais utiliza recursos com diárias e passagens.

Já a região Nordeste que é a segunda em número de servidores é a que menos utiliza esses recursos.

Em terceiro em números de servidores vem a região Sul e é a segunda que mais executa recursos nessa modalidade de gasto.

Em quarto lugar em número de servidores vem a região Centro- Oeste que é a que mais executa recursos com diárias e passagens e em quinto lugar em números de servidores está a região Norte que é a quarta em termos de uso dos recursos com diárias e passagens.

Ainda com relação ao quantitativo de servidores podemos inferir que todas as Instituições tiveram seus efetivos elevados nesse período, exceto a região Sul, que no ano de 2009 tinha 19.253 servidores e em 2013 esse somatório foi reduzido para 18.604 servidores. A única região que apresentou aumento quantitativo de servidores em todas as Instituições, no período, foi a Sudeste.

Revisitando a tabela 1 passaremos a analisar os dados referentes a execução financeira com pagamento de diárias e concessão de passagens no período de 2009 a 2014, da Universidade de Brasília, porém com o seguinte desdobramento, diárias e passagens realizadas no país e no exterior:

Tabela 30 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens nacionais e internacionais - UnB

Universidade de Brasília					
Ano	Diárias		Passagens		Totais anuais
	Nacionais	Internacionais	Nacionais	Internacionais	
2009	3.830.147,40	707.335,70	9.760.397,64	436.529,34	14.734.410,08
2010	5.960.457,48	613.302,90	11.565.017,39	559.699,92	18.698.477,69
2011	4.251.561,44	364.737,81	5.611.551,06	525.496,35	10.753.346,66
2012	3.064.855,52	689.580,39	7.009.595,60	603.115,78	11.367.147,29
2013	3.669.179,53	791.466,04	13.310.503,17	1.163.748,43	18.934.897,17
2014	2.651.169,17	1.176.672,31	6.659.670,01	1.349.636,60	11.837.148,09
Somatórios	23.427.370,54	4.343.095,15	53.916.734,87	4.638.226,42	86.325.426,98

Fonte: Programa Consiafi/UnB
Elaboração própria

Muitas informações podem ser extraídas por meio dos dados apresentados na Tabela 30.

1º Os gastos realizados no país são maiores que os gastos para fora do país, tanto para diárias quanto para passagens.

2º Olhando para os números apresentados na tabela acima, não há uma tendência clara de crescimento no uso de passagens e diárias nacionais, com valores oscilando ano a ano no período. Contudo, para as diárias e passagens internacionais, existe um aumento consistente na execução dos recursos nos últimos anos.

3º Alguns anos tem uma destinação de valores, principalmente em passagens nacionais, que se diferenciam e chamam à atenção, tais como os anos 2010 e 2013.

Uma explicação para o fato em 2010 foi o aporte de recursos que ingressaram na UnB com o propósito de expansão, a abertura dos novos campi, já em 2013 uma ocorrência que deve ser registrada é o aumento do repasse total do governo para a UnB no valor de mais de trezentos e onze milhões de reais.

A seguir a tabela 31 traz os dados referentes aos gastos com diárias e passagens em todas as Faculdades da Universidade de Brasília, que foi utilizada neste trabalho para examinar a relação entre a possível melhora de desempenho das faculdades com a utilização destes recursos para o período de 2009 a 2014.

A disposição das Faculdades no quadro, que se segue, é a mesma que se encontra na estrutura organizacional da Fundação Universidade de Brasília.

Tabela 31 – Gastos em reais (R\$) com diárias e passagens – Faculdades da UnB

Faculdades - Universidade de Brasília												
Faculdades	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Diárias	Passagens										
FACE	48.906,52	213.208,38	71.068,04	235.943,30	65.866,30	167.546,67	88.809,77	314.468,15	56.062,02	174.474,23	42.415,38	112.200,05
FAC	17.329,04	44.737,50	12.982,31	20.576,04	11.302,04	1.493,28	29.421,20	18.365,00	22.631,94	10.838,70	13.099,93	4.314,90
FAU	24.968,81	55.247,17	42.259,34	73.566,10	37.053,11	52.954,89	29.173,92	72.427,15	33.738,10	145.156,69	47.826,20	122.525,03
FAV	15.533,39	19.806,59	18.284,20	7.022,49	29.003,13	14.862,89	29.942,33	10.993,18	46.227,78	22.540,76	33.491,65	13.604,75
FCE	12.559,81	19.265,43	23.607,06	33.610,54	11.556,52	11.000,00	30.690,98	32.828,06	15.097,30	25.550,87	8.821,39	27.000,00
FCI	0,00	0,00	9.146,24	10.258,89	10.103,26	26.560,56	42.227,67	58.946,05	13.831,79	44.426,62	65.790,57	130.315,34
FD	2.224,32	34.041,49	1.786,72	40.477,24	12.207,21	49.009,14	13.214,31	39.462,84	19.126,18	104.799,52	9.808,04	66.520,46
FE	47.451,70	235.388,60	57.819,21	370.497,84	29.938,60	88.714,25	49.963,80	95.394,09	46.637,97	63.772,82	53.963,42	131.749,20
FEF	25.493,97	75.061,10	25.593,29	20.000,00	12.407,73	28.133,10	31.139,35	30.085,07	18.547,80	273.307,58	20.251,53	17.146,74
FUP	26.326,58	34.267,65	20.369,84	25.000,00	40.347,00	12.000,00	13.380,90	21.309,59	44.473,91	24.583,56	96.157,45	161.540,04
FMD	14.998,72	33.952,41	14.931,09	13.936,11	10.514,41	27.303,90	42.253,36	37.695,03	14.042,17	28.530,98	8.191,13	14.614,29
FS	27.206,78	630.868,34	32.999,63	193.936,43	35.186,60	74.840,28	42.365,00	154.195,84	27.854,81	43.752,51	40.979,96	35.373,17
FT	33.989,20	86.613,85	46.528,42	90.698,60	64.005,07	88.237,74	73.812,04	95.204,51	70.796,37	96.004,01	71.380,41	54.843,07
FGA	17.428,36	40.199,15	53.447,92	95.349,62	18.753,96	20.075,21	27.497,12	16.677,45	8.844,65	9.000,00	40.651,54	16.526,89

Fonte: Programa Consiafi/UnB

Elaboração própria

Comparando os dados dos gastos apresentados na tabela anterior e verificando como estão os cursos pertencentes a cada Faculdade traçaremos uma panorâmica de como eles são avaliados pelos órgãos superiores.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE tem três cursos, o curso de Administração que vem melhorando seu desempenho em suas avaliações no programa de pós-graduação, na trienal de 2007 a 2009 obteve a nota 3 e na trienal seguinte tirou nota 4, já na graduação ele foi avaliado em 2009 com uma nota 5 e em 2012 foi avaliado com a nota 4; o curso de Economia em seu programa de pós-graduação na trienal de 2007 a 2009 foi avaliado com a nota 5 e na trienal seguinte obteve nota 6, já na graduação ele foi avaliado em 2009 e em 2012 com mesma nota 5, o curso de Contabilidade foi avaliado em seu programa de pós-graduação na trienal de 2007 a 2009 com a nota 4 e na trienal seguinte obteve nota 5, com isso podemos deduzir que a FACE teve uma melhora em suas avaliações. Já relacionado aos valores aplicados com diárias e passagens esses foram bastante irregulares, com altos e baixos, se compararmos o ano de 2009 com o ano de 2014 houve redução dos recursos com essas rubricas.

A Faculdade de Comunicação - FAC tem o curso Ciências Sociais Aplicadas I em Comunicação no programa de pós-graduação, e foi avaliado na trienal de 2007 a 2009 obteve a nota 4 e na trienal seguinte tirou a mesma nota 4, o curso de Jornalismo na graduação foi avaliada em 2009 com uma nota 3 e em 2012 com avaliado com a nota 4, o de Publicidade e Propaganda na graduação foi avaliado em 2009 com uma nota 3 e em 2012 foi avaliado com a nota 5 infere-se com isso que a FAC teve uma melhora em suas avaliações. Já com relação aos valores aplicados com diárias e passagens ela apresenta uma decrescente em seus usos nessas rubricas.

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU tem o curso de Arquitetura e Urbanismo que aparece avaliado apenas na graduação e somente em 2011 com uma nota 4, a avaliação de 2014 ainda não foi divulgada pelo INEP. Com relação aos recursos para diárias e passagens ela apresenta uma crescente na execução dessas rubricas.

A Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária - FAV tem dois cursos, o curso de Agronomia que manteve seu desempenho em suas avaliações no programa de pós-graduação, na trienal de 2007 a 2009 obteve a nota 4 e na trienal seguinte obteve a mesma nota 4, o curso de Ciências Animais melhorou sua avaliação, seu programa de pós-graduação na trienal de 2007 a 2009 foi avaliado com a nota 4 e na trienal seguinte obteve nota 5; na graduação os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária obtiveram as mesmas notas, eles foram avaliados em 2010 e em 2013 com a nota 4. Já com relação aos recursos, em diárias ela

apresenta uma crescente até o ano de 2013 com uma pequena redução em 2014 e em passagens ela apresenta muita irregularidade de um ano para o outro.

A Faculdade da Ceilândia, criada recentemente, ainda não teve seus cursos avaliados nem pela CAPES nem pelo INEP. Com relação aos recursos destinados a diárias e passagens ela aumenta e diminui de um ano para outro, se compararmos 2009 a 2014 ela reduziu a destinação de verbas para diárias e aumentou os recursos para passagens.

A Faculdade de Ciências da Informação, criada em 2010, quando começa a ter seus gastos com diárias e passagens apurados, teve seu desempenho no programa de pós-graduação no curso de Ciências da Informação avaliado em 2012 com a nota 4, na graduação os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia não foram avaliados pelo INEP, no período de 2009 a 2014. Com relação aos recursos destinados a diárias e passagens eles cresceram de 2010 a 2012 em 2013 houve uma redução em relação ao ano de 2012 e em 2014 tiveram um aumento bem significativo.

A Faculdade de Direito - FD tem apenas um curso, o de Direito, que vem melhorando seu desempenho em suas avaliações no programa de pós-graduação na trienal de 2007 a 2009 foi avaliado com a nota 5 e na trienal seguinte obteve nota 6, já na graduação ele foi avaliado em 2009 com uma nota 5 e em 2012 repetiu a mesma nota 5, melhorando assim em suas avaliações. Já relacionado aos valores aplicados nas rubricas diárias e passagens esses aparecem em uma crescente e bastantes significativos, com uma pequena queda em 2014 devido a problemas com corte de verbas por parte do Governo Federal.

A Faculdade de Educação - FE teve avaliação no seu programa de pós-graduação em Educação na trienal de 2007 a 2009 a nota 4 e na trienal seguinte obteve a mesma nota 4, já na graduação em Pedagogia ela foi avaliada em 2011 com uma nota 3 e a avaliação de 2014 ainda não foi divulgada pelo INEP. Relacionado aos valores aplicados nas rubricas diárias e passagens esses aparecem comparativamente a outras Faculdades bastante significativos, porém com relação aos valores aplicados nas rubricas aqui analisadas são bastante discrepantes, oscilando muito de um ano para outro.

A Faculdade de Educação Física - FEF tem apenas um curso, o de Educação Física que vem melhorando seu desempenho em suas avaliações no programa de pós-graduação na trienal de 2007 a 2009 foi avaliado com a nota 3 e na trienal seguinte obteve a nota 4, já na graduação ele foi avaliado em 2009 com uma nota 4 e em 2012 foi avaliado com uma nota 5, melhorando assim em suas avaliações. Com relação aos valores aplicados nas rubricas de diárias e passagens estes se apresentam com muita irregularidade comparativamente de um ano para outro.

A Faculdade de Planaltina criada recentemente ainda não teve seus cursos avaliados nem pela CAPES nem pelo INEP. Relacionados aos recursos destinados a diárias e passagens ela apresenta uma destinação muito irregular, aumenta e diminui de um ano para outro, chama atenção o ano de 2014 em que essas rubricas são elevadas de forma significativa.

A Faculdade de Medicina - FMD tem dois cursos na avaliação da pós-graduação, o de Ciências Médicas que na trienal de 2007 a 2009 foi avaliado com a nota 4 e na seguinte manteve a mesma nota 4 e o de Ciências da Saúde na trienal de 2007 a 2009 obteve a nota 4 e na trienal seguinte aumentou para a nota 5, já na graduação apresenta apenas o curso de Medicina que em 2010 e em 2013 foi avaliado com a nota 4, infere-se com isso que a FMD teve uma pequena melhora em suas avaliações. Relacionado aos valores utilizados nas rubricas de diárias e passagens ela apresenta uma utilização, na média, decrescente para esses recursos.

A Faculdade de Saúde - FS tem apenas um curso na avaliação da pós-graduação, o de Política Social que na trienal de 2007 a 2009 foi avaliado com a nota 5 e na trienal seguinte obteve a nota 6, já na graduação tem quatro cursos, o de Serviço Social que melhorou significativamente seu desempenho em suas avaliações, ele foi avaliado em 2010 com uma nota 2 e em 2013 foi avaliada com uma nota 4, o de Enfermagem melhorou seu desempenho pois foi avaliado em 2010 com uma nota 3 e em 2013 foi avaliado com uma nota 4, já o de Nutrição foi avaliado em 2010 com uma nota 5 e em 2013 teve uma avaliação para baixo com uma nota 4 e o de Odontologia que também melhorou seu desempenho pois foi avaliado em 2010 com uma nota 4 e em 2013 foi avaliada com uma nota 5, com isso podemos inferir que a FS teve uma melhora significativa em suas avaliações.

Com relação aos valores aplicados nas rubricas diárias e passagens, a FS tem destinações bem irregulares em se tratando de passagens no ano de 2009 consta uma destinação de recursos bem expressiva para essa rubrica, o que foi reduzido a mais de um terço em 2010, novamente redução em 2011, aumentado em 2012 e redução nos anos seguintes, já com relação às diárias houve aumento se compararmos o ano de 2009 ao de 2014.

A Faculdade de Tecnologia - FT teve avaliação nos seus programas de pós-graduação em Estruturas da Construção Civil na trienal de 2007 a 2009 a nota foi 5 e na trienal seguinte foi rebaixado para a nota 4 e em Geotecnia na trienal de 2007 a 2009 a nota foi 6 e na trienal seguinte manteve a nota 6, já na graduação seus cursos foram avaliados da seguinte maneira, o de Engenharia Florestal foi avaliado em 2011 com uma nota 4, o de

Engenharia Civil na mesma avaliação de 2011 com uma nota 4, o de Engenharia Elétrica na mesma avaliação de 2011 com uma nota 5 e o de Engenharia Mecânica também em 2011 foi avaliado com uma nota 4, para esses quatro cursos a avaliação de 2014 ainda não foi divulgada pelo INEP. Com relação aos valores aplicados nas rubricas diárias e passagens, os gastos com diárias dobraram no período e cresceram de forma consistente. Em relação às passagens houve subida leve entre 2009 e 2013, com queda considerável no ano de 2014.

A Faculdade do Gama, criada recentemente, ainda não teve seus cursos avaliados nem pela CAPES nem pelo INEP. Com relação aos recursos destinados a diárias e passagens ela apresenta uma destinação muito irregular, aumenta e diminui de um ano para outro, chama atenção que o valor utilizado em 2009 com diárias é quase o mesmo utilizado em 2014 com passagens e o que foi usado em 2009 com passagens é quase o mesmo utilizado em 2014 com diárias.

Analisando os dados apresentados acima, podemos concluir que seis Faculdades tiveram melhoras em suas avaliações dos órgãos externos à Universidade, quais sejam: FACE, FAC, FD, FEF, FMD e FS, as Faculdades, FAV, FE e FT, pelas informações levantadas nesse estudo mantiveram as mesmas avaliações e cinco Faculdades não tiveram seus cursos avaliados, no período do estudo, quais sejam: FAU, FCE, FCI, FUP e FGA, a justificativa para a não avaliação é a recente criação de quatro delas.

Com relação aos gastos com diárias e passagens das Faculdades da UnB, podemos constatar que, quatro Faculdades aumentaram seus gastos com diárias e passagens, quatro reduziram os gastos nas duas categorias de gastos, cinco delas aumentaram os gastos com diárias e reduziram os gastos com passagens e apenas uma reduziu os gastos com diárias e aumentou com passagens.

Não tivemos como afirmar que o uso das rubricas diárias e passagens estão ajudando na melhoria da Universidade de Brasília, por considerar que a utilização desses recursos é pela Faculdade e cada colegiado determina suas prioridades, ao confrontarmos os dados de melhora nas avaliações com os recursos utilizados, percebemos que das quatro que aumentaram destinação de verba para as rubricas objeto do estudo, três não foram avaliadas pelos órgãos externos e as quatro que reduziram destinação de verbas para essas rubricas todas estão entre as que melhoraram seus desempenhos.

5 - CONCLUSÃO

Ficou claro durante o estudo que os gastos públicos têm uma importância vital na condução das atividades realizadas na União, nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e em cada ente governamental, no nosso caso nas Instituições Federais de Ensino Superior.

As finanças públicas aparecem na intervenção do Governo na esfera produtiva da economia, através de utilização de recursos próprios e designam os métodos, princípios e processos financeiros por meio dos quais os governos federal, estadual, distrital e municipal desempenham suas funções: alocativas, distributivas e estabilizadoras.

A importância dos recursos investidos em educação se destaca através dos números e dados apresentados anteriormente, em que: os gastos que apresentam maior elasticidade-renda são os gastos com educação e cultura; os gastos em infraestrutura e educação são os mais “produtivos”, os gastos com defesa, educação, transporte e comunicação afetam positivamente e significativamente a taxa de crescimento, o impacto da educação no crescimento do país mostrou coeficiente positivo e estatisticamente significativo ao nível de 5% ao ano; o gasto com educação pública representa, na verdade, investimento em capital humano. Os autores consultados neste estudo concluem que o investimento em educação no Brasil é extremamente atrativo, pois fornece elevadas taxas de retorno e que uma política que vise a um maior desenvolvimento do país deve destinar recursos em um investimento maciço em educação.

Já o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP viabiliza a administração das solicitações e pagamentos de diárias e passagens de servidores públicos a serviço da União e se não atende à necessidade de racionalização dos gastos governamentais, ao menos controla sua execução.

Caso o Brasil deseje aproximar-se de países mais desenvolvidos deve, necessariamente, realocar os seus gastos governamentais, notadamente visando a educação, saúde e infraestrutura, a fim de tornar o seu enorme setor governamental suficientemente produtivo.

Uma das principais vertentes para essa realocação de gastos públicos deve ir de encontro com as políticas do Governo em manter uma educação superior de qualidade, na busca de um padrão ótimo, com padrão internacional.

Analisando o desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior, não parece haver, em princípio, uma relação entre o montante de recursos destinados a diárias e passagens e o desempenho das universidades.

Na verdade, o resultado não é nenhuma surpresa, pois existem outras fontes de financiamento que não foram captadas pelo trabalho e, portanto não há relação com as fontes das IFES, essas instituições de financiamento podem com isso apresentar um papel mais veemente no desempenho das Universidades do que foi depreendido no trabalho.

Na Universidade de Brasília fazendo referência ao estudo realizado e com os dados de suas Faculdades levantados, não tivemos como afirmar que o uso das rubricas diárias e passagens estão ajudando na melhoria do seu desempenho.

Sabe-se que as ações de Minter, Dinter, Prodoutoral e Mestrados profissionalizantes realizadas em várias Instituições Federais de Ensino Superior é uma busca do aprimoramento e qualificação dos seus docentes e técnicos e que elas passam necessariamente pela destinação de recursos nas rubricas diárias e passagens para a sua realização.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Jorge. **Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 841-858, Especial – out.2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

ALBUQUERQUE, C. M., MEDEIROS, M.B, SILVA, P. H. F. da. **Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e práticas do planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 2ª edição. Editora Brasília. 2008.

ANDRADE, Mônica Viegas. **Educação e crescimento econômico no Brasil: Evidências Empíricas para os Estados Brasileiros**. In: Encontro da ANPEC, 25, Anais... Recife: ANPEC, v.3, p.1528-1548, 1997.

ASCHAUER, David Alan. **Is public expenditure productive?** *Journal of Monetary Economics*, v.23, p.177-200, 1989.

ARRAES, R.A, TELES, V.K. **Política Fiscal e Crescimento Econômico: Aspectos Teóricos e Evidências Empíricas para as Regiões Brasileiras**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. Especial, p. 676-690, novembro 2001.

BARBOSA FILHO, F. H. & Pessôa, S. (2006). **Retorno da Educação no Brasil**. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 38, n. 1, p. 97-125, abril 2008.

BARRO, R. J. **Economic Growth in a Cross Section of Countries**. *Quarterly Journal of Economics*, 106, 407-443p, May, 1991.

BRASIL **Congresso Nacional**. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases para educação nacional. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102480>>. Acessado em: 20/05/2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 57 de 18 de dezembro de 2008. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_18.12.2008/CON1988.pdf>. Acesso em: 20/05/2014.

_____. **Ministério da Educação**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20/05/2014.

BUARQUE, Cristovam. **A universidade na encruzilhada**. In: UNESCO Brasil. Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. Anais eletrônicos... Conferência Mundial Sobre Educação Superior +5, 2003, Paris. Brasília: SESU, 2003. p. 21-74. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/educasuperior>>. Acesso em: 21/05/2014.

CÂNDIDO JÚNIOR, J. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?** *IPEA, Texto para Discussão n. 781, 2001*.

DEVARAJAN, S.; SWARROP, V.; ZOU, H. **The composition of public expenditure and economic growth**. *Journal of Monetary Economics*, v. 37, p. 313-344, 1996.

DIVINO, J. A., SILVA JUNIOR, R. L. S. da. **Composição dos gastos públicos e crescimento econômico dos municípios brasileiros.** Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-68a2a7bce9fb13617fe5d553dee84f28.pdf>, acesso em 28/03/2014.

DOMÉNECH, R. **Política fiscal y crecimiento económico.** Publicación en el volumen de *Ekonomi Gerizan de la Federación de Cajas Vasco-Navarras* titulado “*Crecimiento y Competitividad, Bases del Progreso Económico y Social*”. Octubre, 2004, Valencia.

FREITAS, U.R.P, CASTRO NETO, A.A & Isaac Coimbra LÔU. **Relação entre Gastos Públicos e Crescimento Econômico:** uma Análise com Dados em Painel para o Nordeste. *Conjuntura e Planejamento*, n. 162, p. 50-57, 2009.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIAMBIAGI, F. e ALÉM, A. C. **Finanças Públicas.** 3ª edição. Ed. Campus. Rio de Janeiro. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa,** 3ª edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2008.

HERRERA, S. e BLANCO, F. (2004) **The quality of fiscal adjustment and the long run growth impact of fiscal policy in Brazil,** Mimeo.

KEYNES, John. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KNELLER, R.; BLEANEY, M. F.; GEMMELL, N. **Fiscal policy and growth:** evidence from OECD countries. *Journal of Public Economics*, v. 74, p. 171-190, 1999.

MCDERMOTT, J. e WESCOTT, R.F. (1996) **An empirical analysis of fiscal adjustments.** IMF Staff Papers, v. 43, no. 4, December, 725-753.

MAZONI, M. G. **Gastos públicos e crescimento econômico no Brasil:** análise dos impactos dos gastos com custeio e investimento. Dissertação (Mestrado) – FEA/USP, São Paulo, 2005.

MOTA, F. G. L. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 1. ed. Brasília, 2009.

RIBEIRO, D.. **UnB:** Invenção e descaminho. Rio de Janeiro: Avenir, Coleção Depoimentos, 3ª ed. 1978.

RIBEIRO, M. B. **Desempenho e Eficiência do Gasto Público: Uma análise comparativa do Brasil em relação a um conjunto de países da América Latina.** *Qualidade do Gasto Público* - Terceiro lugar. Finanças Públicas - XIII Prêmio Tesouro Nacional. 2008.

ROCHA, F. GIUBERTI, A. C. **Composição do Gasto Público e Crescimento Econômico:** um estudo em painel para os estados brasileiros. *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia.* Natal. RN, 2005.

_____. **Composição do gasto público e crescimento econômico:** uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. *Econ. aplicada.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 463-485, outubro-dezembro 2007.

SACHSIDA, A, LOUREIRO, P. R. A., MENDONÇA, M. J. C de. **Um estudo sobre retorno em escolaridade no Brasil**. *Revista Brasileira de Econômica*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 249-265, 2004.

SANTOS, S. A. C dos. Sistema de controle de diárias e passagens do Estado do Amazonas. “In” II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 67: Experiências recentes com o controle de viagens e passagens no setor público. Maio/2009; Brasília. Disponível no endereço: http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_67/sistema_de_controle_de_diarias_e_passagens_do_estado_do_amazonas.pdf

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA. **Financiamento da educação: necessidade e possibilidades**. Brasília IPEA, 2011. 25p. (Comunicados IPEA, 124).

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL (Brasil). **Manual Técnico do Orçamento**. Brasília, edição de 2014. Disponível em< http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/MTO_2014.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2014.

STIGLITZ, J. E. WALSH, C. E. **Introdução a Microeconomia**; tradução [da 3.ed. original] de Helga Hoffmann. – Rio de Janeiro : Campus, 2003.

ANEXO

PORTARIA Nº 505, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e atendendo à necessidade de racionalização dos gastos governamentais, resolve:

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, para racionalização de gastos com a emissão de bilhetes de passagens aéreas para viagens a serviço, deverão observar os seguintes procedimentos:

I - a solicitação da proposta de viagem, com passagem aérea, deve ser realizada com antecedência mínima de dez dias;

II - devem ser atribuídas a servidor formalmente designado, no âmbito de cada unidade administrativa, de acordo com o disposto no regulamento de cada órgão e entidade, as seguintes etapas no processo de emissão de bilhetes de passagens aéreas para viagens a serviço:

a) a verificação da cotação de preços das agências contratadas, comparando-os com os praticados no mercado;

b) a indicação da reserva; e

c) a solicitação e a autorização para emissão de bilhetes de passagens.

III - a autorização da emissão do bilhete deverá ser realizada considerando o horário e o período da participação do servidor no evento, o tempo de traslado, e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente utilizando os seguintes parâmetros:

a) a escolha do voo deve recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;

b) o embarque e o desembarque devem estar compreendidos no período entre sete e vinte e uma horas, salvo a inexistência de voos que atendam a estes horários;

c) em viagens nacionais, deve-se priorizar o horário do desembarque que anteceda em no mínimo três horas o início previsto dos trabalhos, evento ou missão; e d) em viagens internacionais, em que a soma dos trechos da origem

até o destino ultrapasse oito horas, e que sejam realizadas no período noturno, o embarque, prioritariamente, deverá ocorrer com um dia de antecedência.

IV - a emissão do bilhete de passagem aérea deve ser ao menor preço, prevalecendo, sempre que possível, a tarifa em classe econômica, observado o disposto no inciso anterior e alíneas, e no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973; e

V - a emissão dos bilhetes é realizada pela agência de viagens contratada, a partir da autorização do servidor formalmente designado.

§ 1º Em caráter excepcional, a autoridade máxima dos órgãos e entidades a que se refere o caput poderá autorizar viagem em prazo inferior ao estabelecido no inciso I deste artigo, desde que devidamente formalizada a justificativa que comprove a inviabilidade do seu efetivo cumprimento.

§ 2º A autorização de que trata o § 1º deste artigo pode ser objeto de delegação e subdelegação.

§ 3º Quaisquer alterações de percurso, data ou horário de deslocamentos serão de inteira responsabilidade do servidor, se não forem autorizados ou determinados pela Administração.

Art. 2º Conforme previsto no art. 12-A, do Decreto nº 5.992, de 19 de março de 2006, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é de utilização obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional para a concessão, o registro, o acompanhamento, a gestão e o controle de diárias e de passagens e envio de informações para a Controladoria Geral da União - CGU.

Parágrafo único. São responsáveis pela gestão do sistema:

- a) o gestor central - na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- b) o gestor setorial - nos órgãos usuários do SCDP.

Art. 3º Todas as viagens no âmbito de cada órgão e ou entidade devem ser registradas no SCDP, mesmo nos casos de afastamento sem ônus ou com ônus limitado.

Art. 4º Para a prestação de contas, o servidor deverá apresentar, no prazo máximo de cinco dias, contados do retorno da viagem, original ou segunda via dos canhotos dos cartões de embarque, ou recibo do passageiro obtido quando da realização do check in via internet, bilhetes, ou a declaração fornecida pela empresa de transporte, e relatório da viagem.

Parágrafo único. A autorização de nova viagem sem prestações de contas da anteriormente realizada, é de competência e responsabilidade da autoridade mencionada no § 1º do art. 1º desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Portaria MP nº 98, de 16 de julho de 2003.

PAULO BERNARDO SILVA